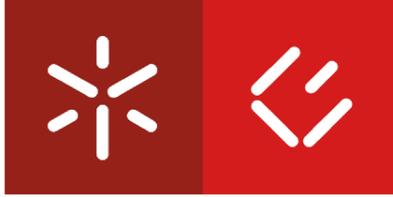


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Dulce Marina da Silva Gonçalves

**A Contabilidade e a Cultura Popular:  
O caso do Carnaval de Torres Vedras  
(1960 - 1985)**





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Dulce Marina da Silva Gonçalves

**A Contabilidade e a Cultura Popular:  
O caso do Carnaval de Torres Vedras  
(1960 - 1985)**

Relatório de Estágio  
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Delfina Gomes**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### **Licença concedida aos utilizadores deste trabalho**



**Atribuição**

**CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Este relatório é o culminar de mais uma etapa do meu percurso académico e não teria sido possível sem o apoio de um conjunto de pessoas, que foram muito importantes em todo o percurso, a quem deixo o meu sincero agradecimento.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus filhos meus filhos Francisco e Camila, ao meu marido e aos meus pais pelo apoio incondicional, pelas palavras de motivação, por abdicarem de tempo passado comigo e pela paciência que revelaram durante todo o percurso.

Em segundo lugar, quero agradecer à minha orientadora Professora Doutora Delfina Gomes por prontamente em ter aceite o relatório, pela sua disponibilidade, apoio e motivação que foram fundamentais para a conclusão desta etapa.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador de estágio da entidade acolhedora, assim como as restantes colegas que me proporcionaram excelentes condições para uma boa aprendizagem.

Por último não posso deixar de agradecer ao Dr. António Carneiro por me ter cedido parte do seu tempo para uma conversa agradável e enriquecedora.

Muito Obrigada!

Dezembro 2021

Dulce

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## RESUMO

Desde sempre que questões financeiras e contabilísticas estiveram relacionadas com a cultura popular e com o quotidiano, mas este assunto permaneceu notavelmente inexplorado pelos investigadores em contabilidade. Dentro da cultura popular, que é um tema bastante vasto, este trabalho concentra-se no estudo de caso do Carnaval de Torres Vedras durante os anos de 1960 a 1985. A seleção deste estudo de caso prende-se pelo facto desta forma de festividade popular ter surgido nos anos 20, sendo imagem de marca do Concelho, atraindo milhares de pessoas, usufruindo de um produto cultural. Desta forma o objetivo central deste estudo é perceber qual o papel desempenhado pela contabilidade nas festividades do Carnaval de Torres Vedras, em particular, de que forma eram efetuados os registos contabilísticos e como evoluíram as receitas e das despesas neste evento cultural, entre os anos de 1960 e 1985.

Inserido no paradigma interpretativo da nova história da contabilidade, desenvolve-se um estudo de caso, tendo por base fontes de arquivo. Estas fontes de arquivo encontram-se no Arquivo Municipal de Torres Vedras, incluindo jornais da época e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras. No que diz respeito aos registos contabilísticos, a análise vai incidir sobre os livros de receitas e despesas respeitantes ao Carnaval de Torres Vedras e será feita uma análise das atas da Câmara Municipal de Torres Vedras. A análise das fontes de arquivo foi complementada com a realização de uma entrevista a um ator relevante nos eventos analisados.

O estudo desenvolvido permite concluir que apesar da entidade organizadora do Carnaval de Torres Vedras (Comissão de Festas) para o período em análise não ter uma organização profissional, eram efetuados registos contabilísticos das receitas e das despesas do Carnaval de Torres Vedras. Verifica-se também que ao longo dos anos as receitas foram aumentando, como resultado do aumento dos preços dos bilhetes e ao aumento dos subsídios oficiais. Estes subsídios eram inicialmente efetuados por várias entidades e nos anos finais do período em análise apenas eram feitos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, razão pela qual em 1985 a organização do Carnaval passou a ser efetuada por esta.

**Palavras-chave:** Contabilidade, Cultura Popular, Quotidiano, Carnaval de Torres Vedras, Ditadura, Revolução do 25 de Abril.

## **ABSTRACT**

Financial and accounting issues have always been related to popular culture and everyday life, but this subject has remained remarkably unexplored by accounting researchers. Within popular culture, which is a very broad theme, this work focuses on the case study of the “Torres Vedras Carnival” from 1960 to 1985. The selection of this case study is linked to the fact that this form of popular festivity having emerged in the 1920s and being the municipality's brand image, attracting thousands of people and transforming itself in a cultural product. Thus, the main objective of this study is to understand the role played by accounting in the “Torres Vedras Carnival” festivities, in particular, how the accounting records were made and how income and expenses evolved in this cultural event, between 1960 and 1985.

Implanted in the interpretive paradigm of the new history of accounting, a case study is developed based on archival sources. These archival sources can be found in the Torres Vedras Municipal Archive, including newspapers of the time and the Torres Vedras Town Hall Archive. With regard to accounting records, the analysis will focus on the income and expense books relating to the Torres Vedras Carnival and an analysis will be made of the minutes of the Torres Vedras City Council. The analysis of archive sources was complemented with an interview with an actor that is relevant in the analysed events.

This study allows us to conclude that despite the fact that the organizers of the Torres Vedras Carnival (Festival Commission) for the period under analysis did not have a professional organization, accounting records were made of the revenues and expenses of the Torres Vedras Carnival. It can also be seen that over the years, revenues have increased as a result of the increase in ticket prices and the increase in official subsidies. These subsidies were initially made by various entities and in the final years of the period under analysis were only made by the Municipality of Torres Vedras, which is why in 1985 the organization of the Carnival started to be carried out by them.

**Keywords:** Accounting, Popular Culture, Daily Life, Torres Vedras Carnival, Fascism Dictatorship, April 25 revolution

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iii
<b>RESUMO</b> .....	v
<b>ABSTRACT</b> .....	vi
<b>LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS</b> .....	X
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO</b> .....	1
1.1. Justificação do tema.....	1
1.2. Objetivos e Perguntas de partida.....	2
1.3. Metodologia.....	3
1.4. Estrutura do trabalho.....	4
<b>CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	6
2.1. A Importância da Interdisciplinaridade na Pesquisa em Contabilidade .....	6
2.2. A Contabilidade e o quotidiano.....	9
2.3. A Contabilidade e a cultura popular .....	11
2.4. A Contabilidade e o entretenimento .....	15
2.5. Estudos anteriores.....	17
2.5.1. Cinema .....	17
2.5.2. Música Popular.....	18
2.5.3. “Fast Fashion” .....	20
2.6. Em resumo .....	21
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA</b> .....	22
3.1. História de contabilidade tradicional e nova história da contabilidade.....	22
3.2. Metodologia de investigação .....	24
3.3. Fontes de arquivo.....	26
3.4. Em resumo .....	27

<b>CAPÍTULO 4: CONTEXTO ECONÓMICO, POLÍTICO E SOCIAL</b> .....	28
4.1. Contexto económico, político e social de Portugal de 1960 a 1985 .....	28
4.2. A cultura popular em Portugal no período do Estado Novo .....	31
4.3. A cultura popular em Portugal pós 25 de Abril de 1974 .....	32
4.4. Em resumo .....	33
<b>CAPÍTULO 5: ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	35
5.1. Contextualização histórica do Carnaval de Torres Vedras.....	35
5.2. A Comissão do Carnaval de Torres Vedras de 1960 a 1985 .....	38
5.3. Relatório e Contas do Carnaval de Torres Vedras .....	42
5.3.1. Receitas e Despesas de 1960 a 1974.....	45
1.1.1 Receitas e Despesas de 1975 a 1985 .....	51
5.4. Em resumo .....	56
<b>CAPÍTULO 6: RELATÓRIO DE ESTÁGIO</b> .....	58
6.1. Caracterização da entidade promotora.....	58
6.2. Caracterização do estágio.....	58
6.2.1. Organização, classificação e registos contabilísticos .....	58
6.2.2. Práticas de controlo interno .....	62
6.2.3. Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações.....	63
6.2.4. Operações de processamento de salários.....	64
6.2.5. Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras .....	65
6.2.6. Preparação de informação contabilística para relatórios e análise de gestão .....	65
6.2.7. Resolução de questões da organização e contactos a entidades competentes.....	66
6.2.8. Preparação de pareceres e relatórios de consultoria ou peritagem nas áreas da contabilidade e fiscalidade.....	66
6.2.9. Sensibilização para a possibilidade de intervenção, em representação dos sujeitos passivos, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatório a constituição de um advogado, no âmbito de questões relacionadas com as competências específicas dos contabilistas certificados.....	66

6.2.10.Ética e deontologia na profissão de contabilista certificado .....	67
<b>CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO</b> .....	68
7.1. Principais conclusões .....	68
7.2. Contribuições e limitações do estudo .....	69
7.3. Perspetivas futuras de investigação.....	70
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	71
<b>ANEXO</b> .....	80

## LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

<b>Figura 1:</b> Cartazes Carnaval de Torres Vedras de 1973 e 1974.....	36
<b>Figura 2:</b> Cartazes Carnaval Torres Vedras (1978, 1979, 1980 e 1981) .....	37
<b>Figura 3:</b> Plano da formação da Comissão do Carnaval de Torres Vedras de 1971 .....	41
<b>Figura 4:</b> Composição da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras em 1978 .....	41
<b>Figura 5:</b> Mensagem da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras no relatório e contas de 1980.....	42
<b>Figura 6:</b> Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1978 .....	44
<b>Figura 7:</b> Mapa de receitas e despesas do Carnaval de Torres Vedras de 1978 .....	44
<b>Figura 8:</b> Panfleto do programa de festas do Carnaval de Torres Vedras de 1961 .....	45
<b>Figura 9:</b> Relatório e Contas de 1973 .....	47
<b>Figura 10:</b> Relatório e Contas de 1974.....	48
<b>Figura 11:</b> Desenvolvimento da Receita 1978 a 1981.....	51
<b>Figura 12 :</b> Desenvolvimento da Despesa 1978 a 1981.....	55
<b>Figura 13:</b> Classificação de uma compra de matéria-prima .....	59
<b>Figura 14:</b> Classificação de despesa com telecomunicações.....	60
<b>Figura 15:</b> Lançamento contabilístico de compra de matéria-prima no diário de compras.....	60
<b>Figura 16:</b> Lançamento contabilístico de um recebimento de cliente .....	61
<b>Figura 17:</b> Lançamento contabilístico do pagamento dos vencimentos .....	61
<b>Figura 18:</b> Lançamento contabilístico de vendas.....	61
<b>Figura 19:</b> Verificação de faturas emitidas com o contribuinte da empresa.....	63
<b>Figura 20:</b> Declaração periódica do IVA .....	64
<b>Figura 21:</b> Lançamento contabilístico do processamento de salários.....	64
<b>Tabela 1:</b> Receitas do Carnaval de Torres Vedras .....	49
<b>Tabela 2:</b> Despesas do Carnaval de Torres Vedras .....	50
<b>Tabela 3:</b> Receitas do Carnaval de Torres Vedras .....	53
<b>Tabela 4:</b> Despesas do Carnaval de Torres Vedras .....	56

<b>Gráfico 1:</b> Evolução das receitas do Carnaval de Torres Vedras .....	49
<b>Gráfico 2:</b> Evolução das despesas do Carnaval de Torres Vedras.....	50
<b>Gráfico 3:</b> Evolução das receitas do Carnaval de Torres Vedras .....	53
<b>Gráfico 4:</b> Evolução das despesas do Carnaval de Torres Vedras.....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AMTVD - Arquivo Municipal de Torres Vedras

AT – Autoridade Tributária

CIRS - Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

GNR - Guarda Nacional Republicana

IES - Informação Empresarial Simplificada

IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

PSP - Polícia de Segurança Pública

SAFT - Standard Audit File for Tax Purposes

TSU - Taxa Social Única

# **CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO**

## **1.1. Justificação do tema**

Pode-se de alguma forma justificar a relevância desta investigação pelo facto de a relação da contabilidade com a cultura popular não estar suficientemente estudada (Jeacle, 2012). Assim, esta lacuna surgiu como uma oportunidade para o estudo. Dada a falta de investigação e conhecimento contabilístico na área da cultura popular é de interesse para a entidade acolhedora do estágio, aprofundar conhecimentos que no futuro potenciem a aceitação de clientes ou o dar apoio/consultoria a organizadores de eventos similares.

A temática do quotidiano não tem sido muito explorada pelos investigadores em contabilidade. Contudo o campo da história da contabilidade é uma exceção à regra, uma vez que esta forma de estudos tem diversificado o seu âmbito de análise e, conseqüentemente tem produzido conclusões fascinantes sobre a contabilidade e a relação com a história social e cultural em geral. A abrangência da história permite uma escolha muito mais livre do tópico de pesquisa (Jeacle, 2012).

Desde sempre que questões financeiras e contabilísticas estiveram relacionadas com a cultura popular e com o quotidiano, mas este assunto permaneceu notavelmente inexplorado pelos investigadores em contabilidade (Jeacle, 2012). Vejamos o caso do lazer, à primeira vista a experiência de lazer pode parecer inicialmente muito distante das práticas contabilísticas, mas a indústria do lazer e entretenimento é um grande negócio.

Dentro da cultura popular, que é um tema bastante vasto, o estudo irá concentrar-se no estudo de caso do Carnaval de Torres Vedras durante os anos de 1960 a 1985. A seleção deste estudo de caso prende-se pelo facto desta forma de festividade popular ter surgido nos anos 20, sendo imagem de marca do Concelho, atraindo milhares de pessoas, usufruindo de um produto cultural. Procura-se desta forma perceber como era feita a sua contabilidade e de que forma as práticas contabilísticas possam ter influenciado a evolução da festividade e do seu consumo por parte da população.

A escolha do período de análise prende-se com o facto do país ter passado por uma mudança de regime em 1974, com a Revolução dos Cravos, em que se transita de um período fascista em que a censura foi um elemento condicionante da cultura nacional para uma democracia em que tudo começa a ser permitido e o país começa a viver em liberdade «. O regime fascista suprimiu todas as liberdades democráticas da República liberal incluindo a liberdade de

imprensa estabelecendo a censura aos jornais, livros e espetáculos, nomeadamente o cinema e o teatro. O período de análise termina em 1985 pois foi neste ano que a organização do Carnaval passou a ser efetuada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e passou a ser algo institucionalizado onde a prestação de contas era obrigatória, mudando o assim enquadramento relativamente ao período anterior.

Assim, neste contexto, esta investigação tem como objetivo também perceber como é que a relação da contabilidade com a cultura popular foi influenciada pelo contexto político, social e económico de Portugal neste contexto de mudança de regime.

## **1.2. Objetivos e Perguntas de partida**

Tendo por base a importância da história da contabilidade e a sua relação com a cultura popular, este estudo tem como objetivo central perceber qual o papel desempenhado pela contabilidade nas festividades do Carnaval de Torres Vedras, em particular, de que forma eram efetuados os registos contabilísticos e como evoluíram as receitas e das despesas neste evento cultural, entre os anos de 1960 e 1985.

Este trabalho tem ainda como objetivos específicos a obtenção do grau de mestre, no âmbito do Mestrado em Contabilidade, da Escola de Economia e Gestão, da Universidade do Minho e o cumprimento dos requisitos exigidos para acesso à Ordem dos Contabilistas Certificados, nomeadamente o cumprimento do requisito descrito no artigo 30º do Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais (RIEEP), desta forma, este relatório tem de respeitar os requisitos presentes no artigo 9º do RIEEP, que estabelece o plano de estágio e do artigo 22º do RIEEP, que refere quais os aspetos que devem estar presentes no relatório.

Tem ainda como objetivo fornecer à entidade acolhedora do estágio conhecimentos sobre a contabilidade e a cultura popular, especialmente no que respeita a este tipo de eventos, uma vez que no futuro permitirá a aceitação de clientes ou o dar apoio/consultoria a organizadores de eventos similares.

Subjacentes ao objetivo central deste trabalho estão as seguintes perguntas de partida:

Como se efetuaram os registos contabilísticos do Carnaval de Torres Vedras de 1960 a 1985?

Qual a evolução das receitas/despesas do Carnaval de Torres Vedras ao longo destes anos?

### **1.3. Metodologia**

Este estudo debruçar-se-á sobre a contabilidade como um fenómeno social e não apenas como uma mera prática contabilística, a qual deve ser interpretada de acordo com o espaço e período a que se refere (Carnegie e Napier, 1996), inserindo-se assim na designada “nova história da contabilidade (Gomes, 2008; Gaffikin, 2011).

Neste estudo irá ser utilizada a investigação interpretativa, uma vez que se vai tentar descrever, compreender e interpretar a natureza social das práticas contabilísticas, não para encontrar leis universais e generalizações, mas para compreender os significados que as pessoas atribuem aos seus comportamentos diários (Vieira, 2009).

Este trabalho consiste na realização de um estudo qualitativo. O ponto de partida do trabalho de investigação qualitativa consiste em considerar os sistemas sociais como fenômenos socialmente construídos, os quais podem sofrer mudanças em consequência das ações dos indivíduos que pertencem a um contexto social específico (Vieira et al., 2009:132) ou seja, o mundo considerado social é construído com significados e símbolos, onde se torna importante procurar interpretar e explicar a forma como estes fenômenos sociais são interpretados, compreendidos, produzidos e construídos (Vieira et al., 2009).

As técnicas privilegiadas pelas metodologias qualitativas são o inquérito, a observação e a análise documental (Lessard-Herbet et al., 2005). Assim, dado o objetivo central deste trabalho e as perguntas de partida para as quais se pretende obter resposta o método escolhido nesta investigação será a análise de fontes de arquivo. A análise de documentos é um método muito utilizado em contabilidade, os documentos de arquivo são um meio de prova ou evidência de que algo realmente aconteceu num determinado espaço de tempo. Para o desenvolvimento desta pesquisa vão ser utilizadas diversas fontes de arquivo, que se encontram no Arquivo Municipal de Torres Vedras, incluindo jornais da época e Arquivo da Câmara Municipal de Torres Vedras. No que diz respeito aos registos contabilísticos, a análise vai incidir sobre os livros de receitas e despesas respeitantes ao Carnaval de Torres Vedras e será feita uma análise das atas da Câmara Municipal de Torres Vedras. Recorre-se, assim, para a elaboração deste estudo a fontes primárias e secundárias complementada com uma entrevista ao Dr. António Carlos Nunes Carneiro (Vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras - Cultura e Turismo entre 1983 e 1997).

#### **1.4. Estrutura do trabalho**

Este trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos. O primeiro capítulo, é o capítulo presente, no qual é feita uma introdução geral do trabalho. O mesmo subdivide-se em quatro pontos: justificação do estudo, objetivos e perguntas de partida, metodologia do estudo e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo é desenvolvida a revisão de literatura, onde se procura explorar a literatura já existente sobre o tema a ser desenvolvido no presente trabalho. Esta começa por abordar a relação entre a contabilidade e o quotidiano e como a contabilidade está presente nas tarefas do dia-a-dia. De seguida será feita uma análise sobre a relação entre a contabilidade e a cultura popular, desde a antiguidade até aos dias de hoje, e como a comunidade académica de contabilidade fez avanços nas últimas décadas para estudar a disciplina para além da mera técnica, uma vez que as repercussões sociais e institucionais das técnicas de cálculo estão a ser cada vez mais alvo de atenção por parte de cientistas sociais para além do domínio contabilístico. Depois será analisada a relação entre a contabilidade e o entretenimento e de como a contabilidade influencia a produção de vários tipos de entretenimento, nomeadamente a televisão. Por último efetua-se uma revisão de estudos anteriores para perceber como a contabilidade se relaciona com o cinema, música popular e “fast fashion”.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia adotada neste estudo, especificando o modelo de investigação qualitativo em contabilidade, inserido no paradigma interpretativo, e o método de análise documental de fontes de arquivo selecionado para o tratamento do objeto de estudo e recolha de dados.

O quarto capítulo refere-se ao enquadramento do contexto social, político e económico de Portugal entre os anos de 1960 e 1985, período a que se refere o trabalho efetuado.

O quinto capítulo destina-se ao estudo empírico, no qual se procuram obter as respostas para as questões de partida do estudo, com base nas fontes documentais e interpretação dos resultados obtidos.

O sexto capítulo é constituído pelo relatório de estágio, o qual tem como objetivo cumprir o definido pelo artigo 9º do regulamento de inscrição, estágio e exame profissional definido pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Por fim, o sétimo capítulo será reservado para conclusões, dando destaque aos principais resultados alcançados através da revisão de literatura, estudo empírico e relatório de estágio.

Neste capítulo também serão referidas as principais contribuições e limitações do estudo e ainda, algumas pistas para investigações futuras.

## **CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA**

Este capítulo está estruturado em cinco secções principais, sendo que a última secção divide-se em três subsecções. Na primeira secção será descrita a importância de uma pesquisa interdisciplinar no estudo da contabilidade. Na segunda secção será abordada a relação entre a contabilidade e o quotidiano e como é que a contabilidade está presente nas simples práticas do dia-a-dia. Na terceira secção será abordada a relação entre a contabilidade e a cultura popular e como esta tem sido muito pouco explorado pelos investigadores na área da contabilidade, apesar do seu enorme significado no campo comercial. Na quarta secção será feita uma análise entre a contabilidade e o entretenimento e como esta tem influenciado esta “indústria” nos últimos tempos. Por último, é efetuada uma revisão de estudos anteriores onde será abordada a relação e a influência da contabilidade no cinema, música popular e “fast fashion”.

### **2.1. A Importância da Interdisciplinaridade na Pesquisa em Contabilidade**

O espaço interdisciplinar da contabilidade é um domínio muito precioso e valorizado. Tem sido cultivado ao longo dos anos por esforços de investigação inovadores. O reconhecimento de Hopwood (1983) da importância de compreender a contabilidade no seu contexto social e organizacional lançou as bases intelectuais para ir além dos domínios tradicionais da pesquisa. Um espaço interdisciplinar nunca é estático e deve estar em constante evolução à medida que se envolve com tendências e movimentos de outras disciplinas. Iniciativas de pesquisa interdisciplinar na contabilidade não estendem apenas o conhecimento existente de como a contabilidade opera em diversos contextos, mas também difundem as margens da disciplina e, portanto, abrem novos espaços interessantes de investigação. Esta perspetiva é fortemente influenciada pelas observações de Miller (1998) de que a contabilidade é mais interessante nas margens e é nestas que novas perceções podem ser colhidas e novos espaços de curiosidade intelectual cultivados. Em particular, a periferia costuma ser uma fonte de inovação e criatividade. George Simmel, o sociólogo, destacou a importância dos papéis que estranhos dentro de uma sociedade desempenham como portadores de novas ideias, bens exóticos e diferentes perspetivas para uma comunidade. Ao considerarmos a história da contabilidade interdisciplinar, como comunidade, ela claramente criou um espaço polifónico para a inovação académica, o pensamento livre e a criatividade. A interpretação da pesquisa interdisciplinar em contabilidade é a de que deve ser um espaço criativo, um espaço no qual novas ideias surgem e novas pesquisas florescem. Jeacle e

Carter (2014) identificam três espaços criativos de inovação acadêmica: o espaço dos média, o espaço virtual e o espaço da cultura popular.

As imagens dos media, quer seja por televisão, jornais, rádios ou, mais recentemente das redes sociais, desempenham um papel crítico na formação do mundo contemporâneo (Appadurai, 1996; Fairclough, 1995; Manovich, 2001; Anarboldi et al., 2017). Nas democracias liberais, muitas vezes atribui-se aos média o papel de "quarto estado" (ao lado do governo, dos tribunais e da igreja). Tradicionalmente, os media dividem-se em setores de transmissão e impressão, embora essa divisão se tenha tornado obscura com o surgimento da internet. Na Europa, a radiodifusão tende a ser altamente regulamentada com uma forte missão de serviço público que inclui um compromisso com a neutralidade e a independência, enquanto a media impressa é vagamente regulamentada e tende a refletir as visões partidárias dos proprietários de jornais específicos. A BBC, emissora estatal britânica financiada por uma licença gratuita, é um bom exemplo do primeiro. Uma das características marcantes do setor da televisão britânica nas últimas duas décadas foi a sua inexorável mercantilização. No contexto da BBC, a mercantilização inicialmente assumiu a forma de gestão à distância (Miller e O'Leary, 1987) por meio de cortes e congelamentos da taxa de licença no final dos anos 1980. Na década de 1990 assistiu-se à introdução de um mercado interno desenvolvido conhecido como Escolha do Produtor (Born, 2004; Carter e McKinlay, 2013). Esse mercado interno fez com que a BBC mudasse o seu sistema contabilístico vigente, marcado pela falta de controlo orçamental, para uma situação em que cada departamento se tornava um centro de lucro. Ao todo, 21 anos após sua introdução, a Escolha do Produtor permanece controversa. Os defensores argumentam que ele injetou uma racionalidade financeira muito necessária na BBC e permitiu que os criadores de programas e gestores calculassem o "verdadeiro custo" dos programas. Os oponentes afirmam que isso minou a capacidade criativa da BBC, criou camadas extras de burocracia e introduziu uma programação muito mais padronizada, à medida que os realizadores de programas se iam tornando mais preocupados com os custos. O que é certo é que este aumento da atenção no custeio ao nível da programação está agora firmemente institucionalizado e não apenas ao nível da BBC, mas de forma ampla ao nível de todo o setor (referência). O impacto da importação de práticas contabilísticas para a radiodifusão foi tornar alguns géneros de programas, como assuntos atuais ou documentários sérios, como antieconómicos, enquanto outros, como *reality shows* baratos, capturaram o sabor da época. Consequentemente, as questões contabilísticas estão

profundamente implicadas no tipo de conteúdo dos media televisiva que aparece na vida contemporânea (Jeacle e Carter, 2014).

A internet abriu um espaço de possibilidades infinitas, um mundo virtual de conhecimento, ideias, pensamentos e curiosidades. Para os estudiosos da contabilidade, este novo espaço tem sido reconhecido como um meio cada vez mais importante de divulgação de informações corporativas (Cho et al., 2009). O interesse de Jeacle e Carter (2014) no espaço virtual decorre de pelo menos duas vertentes. Em primeiro lugar, o poder e a prevalência de formas de media social, como Twitter e Facebook, e o consumo crescente de entretenimento pela internet, na forma de filmes, desporto e “gossip” sobre celebridades, vão ao encontro dos interesses de pesquisa nos media e na cultura popular. Em segundo lugar, no surgimento da revisão do usuário no mundo virtual, vemos fortes paralelos com o texto de Power (1997) sobre a sociedade de auditoria. Com o desenvolvimento da tecnologia Web 2.0, o internauta deixa de ser apenas um consumidor passivo de informação, mas também um participante ativo na produção de conteúdos web (Ritzer e Jurgenson, 2010). Blogs e análises de usuários são exemplos ilustrativos dessa tendência. A avaliação do usuário atua como uma voz para expressar apreciação ou crítica de uma variedade crescente de produtos e serviços. Uma outra justificação para a confiança depositada na revisão do usuário e, portanto, da sua popularidade, decorre da sua replicação do ritual de verificação do processo de auditoria. O mundo virtual é agora um novo espaço no qual a sociedade de auditoria começou a florescer. Nas opiniões expressas na análise do usuário, o usuário da web encontrou uma fonte aparentemente independente de verificação da qualidade do produto ou serviço. Uma série de estudiosos (Andon e Free, 2012; Chapman e Peecher, 2011; Cooper e Morgan, 2013; Jeacle e Carter, 2011) sugeriram recentemente que os *insights* sobre o processo de auditoria podem ser extraídos de um exame de formas alternativas de provisão de garantia. Não só o estudo do espaço virtual fornece uma compreensão mais aprofundada da auditoria, mas o próprio conceito de auditoria e sociedade de auditoria pode lançar luz sobre a popularidade e difusão da revisão do usuário. Portanto, podemos recorrer ao pensamento contabilístico para explicar fenômenos contemporâneos significativos (Jeacle e Carter, 2014).

Em 1994, uma edição especial da revista *Accounting, Organizations and Society* foi dedicado ao tema da contabilidade e da vida cotidiana. O editorial de Anthony Hopwood para esta edição especial, embora curto, era significativo em substância. Exigia uma interligação da contabilidade ao mundo do quotidiano e encorajava os estudiosos da contabilidade a abraçar os rituais do dia-a-dia como um contexto para o seu trabalho de pesquisa (Hopwood, 1994). Embora

reconhecendo que as rotinas diárias podem parecer distantes das técnicas, Hopwood (1994) desafiou os leitores a reconhecerem o valor de um contexto cultural mais amplo para a nossa compreensão das formas em que a contabilidade molda e, por sua vez, é moldada pelo cotidiano. Os quase 30 anos que se passaram desde esta convocatória testemunharam um pequeno, mas crescente, campo de trabalho dedicado ao domínio da contabilidade e da vida quotidiana. Por exemplo, atividades quotidianas, como atividades desportivas, forneceram uma área alternativa para a pesquisa contabilística, com contribuições importantes tanto no campo do futebol (Cooper e Johnston, 2012) quanto no rugby (Andon e Free, 2012). As representações do contabilista na vida quotidiana (Parker e Warren, 2009) e a música popular (Jacobs e Evans, 2012), aumentaram a nossa compreensão do estereótipo do profissional de contabilidade e ofereceram novos espaços para a investigação académica (Jeacle e Carter, 2014).

Na verdade, o estudo das atividades populares na vida quotidiana permite criar uma ampla área interdisciplinar de investigação em contabilidade (Jeacle, 2012). A interligação da contabilidade e do espaço da cultura popular oferece possibilidades empolgantes para o futuro da pesquisa contabilística, uma vez que abre novas perspectivas e domínios para pesquisadores, particularmente jovens académicos cuja realidade vivida está inserida na cultura popular. O âmbito de pesquisa em contabilidade não se deve limitar à fábrica, padrão financeiro ou auditoria, mas deve envolver uma variedade de fenómenos populares. Esta perspectiva é importante porque, em primeiro lugar, um compromisso com as atividades populares das massas aumenta o entendimento da contabilidade como uma prática social e organizacional e, em segundo lugar, esta área de pesquisa mostra o poder da contabilidade além do domínio de sua própria disciplina (Jeacle e Carter, 2014).

## **2.2. A Contabilidade e o quotidiano**

A cultura do quotidiano não tem sido muito explorada pelas pesquisas em contabilidade. Contudo o campo da história da contabilidade é uma exceção à regra, uma vez que esta forma de estudos tem diversificado as áreas temáticas e, conseqüentemente tem produzido conclusões fascinantes sobre a contabilidade e a relação com a história social e cultural em geral (Jeacle, 2008).

O consumismo rodeia as nossas vidas quotidianas, a atividade de fazer compras está cada vez mais associada a atividades de lazer (Shields, 2003). A prática do consumo também está inerentemente ligada às noções de construção de identidade (Bocock, 1993; Piore, 1995). Os

bens agem como sinais, assim, a sua compra não é necessariamente para atender a qualquer necessidade económica, mas para comunicar o “status” a outros consumidores (Baudrillard, 1988). No entanto, apesar do reconhecimento da importância da cultura do consumo entre os cientistas sociais em geral, a investigação deste tema na área da contabilidade permaneceu escassa.

Ver a contabilidade apenas na vertente financeira é adotar uma perspectiva limitada. Estender o domínio da pesquisa contabilística a horizontes mais diversificados pode enriquecer a nossa compreensão da profissão, isto já acontece na investigação da história da contabilidade em que a diversidade de tópicos analisados vai para além do que é apenas financeiro, como por exemplo a escravidão (Fleischman et al., 2004; Tyson et al., 2004), colonização (Neu, 2000), casa (Carnegie & Walker, 2007) e arquitetura (Jeacle, 2003). Existe uma oferta rica e vasta de estudos académicos históricos sobre o papel da contabilidade em contextos alternativos e de diferentes abordagens metodológicas. No entanto, existe a tendência para que a pesquisa contabilística contemporânea se concentre nas preocupações financeiras e dos negócios, mas essa perspectiva ignora outra faceta do papel da contabilidade não menos importante, o papel da contabilidade na vida quotidiana (Hopwood, 1994).

As simples práticas da vida quotidiana não são imunes à influência da contabilidade. As práticas quotidianas (como por exemplo comer e beber) têm consequências comerciais consideráveis. Assim, começa a haver margem para uma pesquisa contabilística na área do comportamento quotidiano, quer seja de uma perspectiva da história ou numa perspectiva contemporânea (Jeacle, 2008)

O caso do Clube de Chá na Universidade de Endiburgo 1920-45 (Jeacle, 2008) pode ajudar a aprofundar a apreciação do papel da contabilidade no funcionamento organizacional e social. A contabilidade há muito que é reconhecida como uma prática social e organizacional (Hopwood, 1983; Miller, 1994). Desta forma é necessário perceber o contexto em que atua. Um clube de chá para mulheres, uma organização social por natureza, é um contexto bastante adequado para observar o papel da contabilidade a esse respeito.

Se a contabilidade fosse utilizada apenas como uma técnica puramente financeira, a análise dos números contidos nas demonstrações financeiras do clube seria muito limitada e não refletiria a riqueza de informação por trás desses números. Uma apreciação do contexto social e organizacional da contabilidade fornece mais informações sobre os números contabilísticos e reflete a natureza das atividades do clube, normas sociais e práticas contabilísticas (Jeacle, 2008).

### **2.3. A Contabilidade e a cultura popular**

Como conceito, não há como negar que a cultura popular é ilusória (Fiske, 1989, p. 45), difícil de definir e historicamente nebulosa nas suas origens. No entanto, parece haver consenso de que o fenómeno que atualmente conhecemos como cultura popular tem as suas raízes na cultura folclórica do final do século XVIII e início do século XIX (Burke, 1994). Foi uma época marcada por uma clara distinção entre a cultura do povo e a cultura literária das elites (Strinati, 2004). Essa manifestação particular da cultura folclórica pode ter tido o seu fim com a Revolução Industrial, pois o processo de industrialização trouxe consigo mudanças significativas na sociedade que geraram novas ideias culturais (Strinati, 2004). Assim a população passa a ser consumidora passiva dos produtos padronizados do processo industrial de obtenção de lucros (cultura de massa). Contudo existe um ponto de vista alternativo à negatividade inerente à tese da cultura de massa, que interpreta a cultura popular sob uma luz completamente diferente. Fiske (1989) argumenta que o estudo da cultura popular deve concentrar-se nos locais de resistência, tal investigação posiciona a cultura popular como uma forma criativa que surge para resistir e fugir dos sistemas dominantes.

Desde a década de 1970 o campo da cultura popular foi fortemente influenciado pelo trabalho de Gramsci (1971), que vem da tradição marxista e defende o conceito de hegemonia para explicar a política da cultura popular. Nesta perspetiva, a cultura popular não é vista como o resultado da imposição de forças capitalistas, nem como a voz do povo de baixo, mas um equilíbrio de compromisso (Storey, 2003). Nos anos mais recentes, é reconhecido o poder dos media não apenas como um meio pela qual a cultura popular é disseminada, mas também através da qual produtores e consumidores da cultura popular comunicam (Barthes, 1973).

O assunto cultura popular tem sido muito pouco explorado pelos investigadores na área da contabilidade apesar do seu colossal significado no campo comercial, vejamos por exemplo as receitas obtidas de *reality shows*. Talvez uma das razões para esse desinteresse seja a sua “aura” da trivialidade que está ligada ao popular (Jeacle, 2012). Inicialmente a cultura popular sofria uma reputação negativa, contudo com o decorrer dos tempos o poder do popular e os rituais do quotidiano não podiam ser mais ignorados pelos teóricos sociais. Contudo, no que respeita à área da contabilidade este tema estava longe de ser explorado, como se a pesquisa contabilística nos negócios da vida quotidiana não fosse válida (Jeacle, 2012).

Miller (1998) sugeriu que a contabilidade é mais interessante nas margens, pois esta é influenciada por outras disciplinas e outras disciplinas começam a registar a contabilidade. Sob

essa perspectiva o domínio da cultura popular começa a ser vista à espreita nas margens da contabilidade. No entanto, os estudiosos em contabilidade não devem simplesmente narrar o papel da contabilidade nesses contextos, é importante não nos limitarmos apenas a descrever as práticas contabilísticas usadas na cultura popular, mas sim tentar perceber como essas práticas moldam a cultura popular. Devemos fazer a pergunta: as práticas contabilísticas influenciam a maneira pela qual os rituais da cultura popular são conduzidos? Esta perspectiva permite ao investigador entender não apenas a prática da contabilidade no âmbito da cultura popular, mas mais importante que isso, capturar a influência das práticas contabilísticas num contexto mais amplo.

Jeacle (2012) defende dois quadros teóricos possíveis para compreender os vínculos entre a contabilidade e a cultura popular, a tese governamental e a tese da sociedade de auditoria. A tese governamental de Miller e Rose (1990) forneceu uma lente para observar a maneira pela qual as ações dos indivíduos aparentemente autónomos se alinham com os amplos objetivos das autoridades sociais. Esta estrutura apresenta uma compreensão perspicaz da maneira pela qual a vida económica, social e pessoal dos indivíduos é moldada. Miller (2001) argumentou que a contabilidade pode ser considerada como uma tecnologia do governo. Portanto a contabilidade influencia a formação da vida contemporânea por meio da sua capacidade de agir sobre os indivíduos e intervir nas suas vidas. Nesta perspectiva a contabilidade deixa de ser vista apenas como uma prática neutra e objetiva, mas como um poderoso instrumento de vida social e económica.

A tese da sociedade de auditoria tem como base o fenómeno de explosão de verificação (Power, 1997) em que a expansão da auditoria é uma constante, manifestando-se numa variedade de auditorias que não a tradicional financeira. Assim, à primeira vista, os temas cultura popular e auditoria não estão obviamente vinculados. O que têm as reflexões sobre moda, música popular e cinema a ver com as práticas de auditoria? Isso depende da perceção dos limites de auditoria. Power (1997) argumenta que o âmbito de auditoria não é restrito apenas a questões financeiras e Pentland (2000) afirma que a auditoria pode reivindicar qualquer situação em que exista uma relação de prestação de contas entre duas partes. Assim, é possível que uma gama diversificada de outros profissionais possa estar comprometida com a prática de auditoria, como é o caso dos engenheiros, técnicos e cientistas. Pentland (2000) sugere que é possível rotular críticos de cinema e televisão, por exemplo, como auditores. A crítica de cinema pode nunca ser chamada de “auditoria” mas a analogia é poderosa. Claramente, noções de confiança, conforto, legitimidade

e risco desempenham um papel importante no estímulo ao que poderíamos chamar de “auditor leigo” na sociedade contemporânea, a verificação não é uma prática exclusivamente técnica, mas uma forma cultural (Power, 1997).

Estas duas teses oferecem uma lente interessante, a partir do qual a exploração da contabilidade se entrelaça com o domínio do popular, ambas oferecem uma grande narrativa que pode ser utilizada para explicar de maneira mais generalizada a influência da contabilidade.

O significado comercial e cultural da cultura popular não deve ser ignorado por nenhum acadêmico das ciências sociais. A comunidade acadêmica de contabilidade fez muitos avanços nas últimas décadas para estudar a disciplina para além da mera técnica. As repercussões sociais e institucionais das técnicas de cálculo estão a ser cada vez mais alvo de atenção por parte de cientistas sociais para além do domínio contabilístico (Jeacle, 2012). A crença no poder transformador da contabilidade para moldar as tendências sociais e culturais, em vez de simplesmente ser moldado, é essencial para que a contabilidade evolua no futuro (Jeacle, 2012).

O estudo da relação entre a contabilidade e a cultura popular apresenta uma nova e estimulante área de pesquisa para os investigadores na área da contabilidade de gestão estratégica, como é o caso do processo de seleção e lançamento de produções de teatro musical, que revela uma variedade de atividades extra organizacionais nas quais ocorrem ações estratégicas. O foco na decisão estratégica de iniciar novos programas, chamado de “fuzzy front end” da inovação do produto (Alam, 2006; Carlsson-Wall and Kraus, 2015; Frishammar et al., 2013), tem por base um julgamento informal, aproximado e interpretativo, contudo este “fuzzy front end” é ignorado na contabilidade apesar de ser essencial ao sucesso da inovação do produto (Carlsson-Wall and Kraus, 2015).

Lapsley e Rekers (2017) adotam uma perspectiva de “estratégia como prática” a fim de abordar o conceito de “fuzzy front end” no estudo da estratégia seguida pelos contabilistas de gestão no mundo do teatro, em contraste com as perspectivas mais tradicionais da literatura da contabilidade de gestão. A pesquisa de Lapsley e Rekers (2017) tem como objetivo alargar os conhecimentos sobre o que significa a estratégia na prática e como isso pode influenciar a prática da contabilidade de gestão.

A cultura popular, neste caso em particular as produções de teatro musical, leva-nos para além dos limites típicos da indústria encontrados na maior parte da literatura sobre contabilidade de gestão estratégica, e, portanto, oferece novas perspectivas alternativas sobre a estratégia nas organizações (Lapsley e Rekers, 2017). O lançamento e desenvolvimento de novas produções de

teatros musicais são caras e envolvem workshops e testes antes que uma produção seja oficialmente lançada para um grande mercado-alvo como a Broadway em Nova York ou o West End em Londres. Como o desenvolvimento do produto é demorado e caro os proprietários dos teatros selecionam estrategicamente os programas em que investem, para aumentar a probabilidade de retornos positivos. As indústrias de produtos culturais competem no mercado com base na diferenciação do produto, pelo que novidade e originalidade são, portanto, qualidades desejadas, mas também geram incerteza, o que pode ser um obstáculo para a aceitação bem-sucedida no mercado (Lapsley e Rekers, 2017). O teatro é um bem baseado na experiência e, portanto, a decisão de o adquirir acarreta riscos para o consumidor, pois são obrigados a tomar a decisão de comprar produtos baseados na experiência antes de saberem se ficarão ou não satisfeitos. Com o objetivo de reduzir o risco da não satisfação eles vão procurar validações e recomendações de terceiros para estimar a qualidade e probabilidade de disfrutá-la. Por outras palavras, tanto os produtores como os consumidores dependem de intermediários: o primeiro para gerar consciência, o último para indicar valor e qualidade. Esta dupla característica do mercado de produtos de teatro contrasta com a literatura em contabilidade de gestão existente sobre como incluir o cliente no pensamento estratégico (Lapsley e Rekers, 2017).

Lapsley e Rekers (2017) sugerem que para ter sucesso em trazer novos produtos culturais para o mercado, os produtores não se concentram apenas no desenvolvimento do produto, mas também tentam moldar o desenvolvimento do mercado. A qualidade do produto deve ser excelente, mas a “embalagem” deve capturar a procura (Lapsley e Rekers, 2017). Quando os produtos são novos e desconhecidos é importante para os produtores aumentar a confiança sobre o produto. No caso do teatro musical os intermediários desempenham um papel fundamental para atenuar essa incerteza, publicando entrevistas com os atores, escrevendo sobre o produto, nomeando produções para prémios anuais e conversando sobre (?) as suas expectativas com os seus familiares e amigos (Lapsley e Rekers, 2017). O papel estratégico dos intermediários no processo de desenvolvimento do mercado ajuda a que um produto com alto conteúdo cultural que esteja fortemente vinculado a estruturas culturais locais se consiga difundir para mercados mais distantes, por exemplo quando a associação da indústria da Broadway indica um espetáculo para o prémio *Tony*<sup>1</sup>, isso aumenta o interesse do mercado noutros locais do mundo.

---

<sup>1</sup> *Antoinette Perry Awards for Excellence in Theatre*, ou mais comumente Tony Award, é o maior e mais prestigioso prêmio do teatro dos Estados Unidos, equivalente ao *Oscar* no cinema, *Emmy* na televisão e *Grammy* na música, entregue pela *American Theatre Wing* e pela *The Broadway League* em cerimónia anual na cidade de Nova Iorque (referência).

Ao examinar a estratégia como prática de um processo comunicativo e interpretativo, Abernethy e Lillis (1995) sugerem que a probabilidade de sucesso de um produto cultural no mercado é moldada em grande parte pelas estruturas organizacionais das comunidades que criam e consomem conteúdos culturais. Assim, a contabilidade é secundária, quase que cumprindo o papel de historiador na definição dos preços e no registo dos resultados financeiros. Isto é consistente com a literatura em contabilidade de gestão que sugere que as práticas contabilísticas convencionais são inibidoras da inovação do produto e um obstáculo à criatividade (Abernethy e Lillis, 1995).

De acordo com Lapsley e Rekers (2017) as conclusões sobre a multiplicidade de atores envolvidos na formulação de estratégias, as interações entre organizações e a variedade de atividades extra organizacionais nas quais ocorrem ações estratégicas, oferece uma visão desafiante da estratégia como prática para os contabilistas de gestão. Isso pode ser visto como uma oportunidade para uma nova abordagem à contabilidade de gestão estratégica. Mais importantes ainda, em termos práticos, se os contabilistas na área do teatro agirem estrategicamente, vão precisar de se conectar com um ambiente social e institucional mais amplo. Eles precisam de se redefinir, não como contabilistas isolados, mas como parte de uma família de estratégias que trabalham além das fronteiras organizacionais para criar uma visão e percepção de novos espetáculos de teatro para o mercado. Essas atividades exigirão uma “interpretação engenhosa” (Whittington, 2006, p.617), diferente da representação tensa na contabilidade de gestão estratégica convencional. Esta “interpretação engenhosa” deverá lidar com dados mais suaves do que a contabilidade convencional, mas pode haver espaço para a recolha de dados mais difíceis, como classificação de produtos, análise pós espetáculos com benchmarking dos custos dos espetáculos (Whittington, 2006).

#### **2.4. A Contabilidade e o entretenimento**

O entretenimento não é uma palavra normalmente associada à contabilidade ou aos contabilistas. Na verdade, a imagem estereotipada do contabilista é de uma pessoa entediante e não de um artista carismático (Leão, Gomes e Carnegie, 2019). Ainda assim, por detrás do negócio do entretenimento, seja um concerto pop ou ópera clássica, estão associados o lucro e a medição de desempenho. O papel da contabilidade no mundo do entretenimento ainda é relativamente pouco pesquisado no âmbito dos estudos de contabilidade (Jeacle, 2021).

Uma das formas mais comuns de entretenimento é a televisão, esta tem sido um dos métodos mais poderosos de difusão do entretenimento. Um pequeno mas significativo grupo de estudos em contabilidade já adotou a televisão como contexto de pesquisa. Por exemplo Maier (2017) examinou o papel das práticas contabilísticas na produção de um drama de televisão, Bay (2018) estudou uma serie de televisão que tentava moldar o cidadão financeiramente responsável e Carter e McKinlay (2013) investigaram o papel da contabilidade de gestão na reformulação da produção de programas de televisão na BBC. Maier (2017) dá uma contribuição adicional neste campo com o seu estudo do *Canadian Broadcast Development Fund* (Fundo Canadiano de Desenvolvimento de Radiodifusão). Este Fundo foi estabelecido em 1983 como resposta a uma preocupação com a escassez de programas de televisão produzidos no Canadá, investindo na programação da televisão canadiana e apoiando o crescimento de um setor de produção de TV nacional. Maier (2017) analisa a evolução das medidas de desempenho e práticas de avaliação usadas para avaliar projetos de financiamento entre 1983 e 2010. O seu estudo revela uma mudança das medidas de desempenho durante esse período, o sistema de medição de desempenho foi expandido para incluir, não apenas indicadores financeiros, mas também indicadores não financeiros que reflitam as prioridades culturais do Fundo. No final da década de 1990, os projetos financiados precisavam de um foco cultural claro, abordando especificamente os temas canadianos. O estudo de Maier (2017) contribui para compreender as consequências das medidas de desempenho, neste caso a seleção de um conjunto de medidas desempenhou um papel fundamental na formação do conteúdo de entretenimento da televisão canadiana (Maier, 2017; ver também Jeacle, 2021).

De acordo com Jeacle (2021) é útil refletir sobre a relação entre o entretenimento e a cultura popular. Nos últimos anos surgiu uma pesquisa que explora o papel da contabilidade no âmbito da cultura popular (Jeacle, 2012). Contribuições para esta pesquisa incluem estudos da relação entre contabilidade e música popular (Jeacle, Jacobs e Evans, 2012; Smith e Jacobs, 2011), contabilidade e ficção popular (Czaminawaska, 2012; Evans e Fraser, 2012) e a contabilidade e o teatro popular (Lapsley e Rekers, 2017). Normalmente estes locais de cultura popular também são locais de entretenimento. Por exemplo, ir ao cinema é uma atividade popular que fornece entretenimento (Branston, 2000) e segundo Bialecki et al. (2017) e Jeacle (2009) o cinema forneceu um contexto de pesquisa para os investigadores em contabilidade. Consequentemente estudar o mundo do entretenimento permite expandir o âmbito dos estudos

em contabilidade e considerar novos contextos de alcance e influência da contabilidade (Jeacle, 2021)

O entretenimento é um contexto muito rico para os investigadores em contabilidade, compreender as formas como a contabilidade está interligada com o entretenimento reconhece o amplo contexto social da prática contabilística (Hopwood, 1983). Em particular, permite ao investigador em contabilidade se envolver totalmente com o contexto cultural da vida quotidiana (Hopwood, 1994) e compreender o poder da contabilidade em moldar ativamente esse contexto. Como Carnegie e Napier (2012) argumentam, a contabilidade é uma prática humana e, portanto, os argumentos quotidianos são locais importantes de pesquisa, o que incentiva os historiadores em contabilidade a envolverem-se com domínios que estão para além da disciplina, pois reconhecem a importância de ultrapassar os limites da nossa disciplina (Fowler e Keeper, 2016) e de promover relações interdisciplinares (Baskerville et al., 2017). Na verdade, a história da contabilidade é inerentemente interdisciplinar (Carnegie e Napier, 2012) e, portanto, opera facilmente num amplo domínio de curiosidade intelectual (Jeacle 2021).

## **2.5. Estudos anteriores**

### **2.5.1. Cinema**

As atividades de lazer têm permanecido relativamente inexploradas, talvez por ter uma natureza aparentemente divertida. Feriados ao sol, aventuras desportivas, concertos, festivais e compras dificilmente são debates sérios e a contabilidade é séria, pois é a linguagem dos negócios, a base da ação da gestão e o “santo graal” da vida corporativa, a contabilidade é vista como clara e objetiva, definitivamente não é um motivo de riso (Jeacle, 2008). Portanto, talvez não nos surpreenda que a contabilidade, no entendimento geral, não esteja relacionada com a tontura das férias, a adrenalina de uma partida de futebol ou a emoção de um consumista compulsivo (Jeacle, 2008).

Como perceção comercial, o entretenimento é uma área tão significativa e séria como qualquer empresa financeira global ou fabricante multinacional. A *Walt Disney Pictures*, por exemplo, alcançou mais de 1 bilião de dólares em vendas mundiais de bilheteira em 2006 com apenas um filme: Piratas das Caraibas. O ato de ir ao cinema constitui não apenas uma noite de entretenimento alegre, mas um ritual da vida quotidiana, um fenómeno cultural vinculado em busca do lazer (Jeacle, 2008).

Como os estudiosos do cinema reconhecem há muito tempo, o estudo do filme fornece uma visão do gosto e dos valores de uma época (Shafer, 1997). Uma compreensão das normas e preconceitos sociais pode ser interpretada a partir de uma análise dos filmes populares de um período. Como sistema de comunicação de massa, o cinema é um dos meios pelos quais um sentido de nacionalidade é construído (Higson, 1995). O estudo de Beard (1994) e, mais recentemente, de Dimnik e Felton (2006) sobre a representação do contabilista em filmes lançaram luz sobre a personalidade pública do estereótipo de contabilidade. No entanto, não há investigação na literatura contabilística do próprio cinema como forma organizacional e nas práticas contabilísticas que ele emprega.

Jeacle (2008) conclui que, através do estudo de caso do cinema Playhouse em Edimburgo (1929-1973), o registo contabilístico não é apenas uma documentação de transações passadas, mas também tem o potencial de gerar um registo muito rico de eventos históricos. Uma análise da receita de caixa e dos valores de admissão por toda a sua vida comercial (1929-1973) revela como as experiências do cinema espelham as tendências sociais mais amplas do cinema britânico. Por sua vez, uma análise mais detalhada dos melhores filmes do cinema e os filmes com pior desempenho oferecem uma indicação do gosto do público local na capital escocesa (Jeacle, 2008). A análise dos livros contabilísticos do cinema *Playhouse* revela como um documento contabilístico pode refletir a vida quotidiana, ir ao cinema é um comportamento intrínseco na vida quotidiana da nossa sociedade, conseqüentemente o papel da contabilidade dentro desta forma organizacional é digno de consideração. Os livros contabilísticos podem atuar não apenas como uma documentação simples de números objetivos, mas também como um registo valioso da vida social e organizacional de uma época (Jeacle, 2008).

Um dos resultados mais interessantes do estudo do cinema é a percepção do quão pouco mudou ao longo dos tempos. A forma de entretenimento manteve-se, pois a capacidade de fazer o público rir ou chorar permaneceu inalterada. As inovações tecnológicas ou arquitetónicas, como por exemplo novos sistemas de som ou cadeiras mais confortáveis, não mudaram essa experiência humana fundamental. E por esse mesmo motivo, segundo Jeacle (2008), a investigação em contabilidade deveria focar a sua atenção na indústria cinematográfica.

### **2.5.2. Música Popular**

Dentro da cultura ocidental contemporânea, poucas instituições têm o poder de influência da música popular. Após a exploração de Czarniawska (2008) do poder do romance para examinar

as percepções sociais da contabilidade e dos contabilistas, e a proposta de Jeacle (2009a) para mais pesquisas considerando a relação entre contabilidade e cultura popular, Smith e Jacobs (2011) efetuaram um exame das letras da música popular. A música oferece uma percepção ainda mais poderosa das percepções sociais e serve não apenas para refletir, mas também para criar essas percepções.

Teóricos culturais como Bourdieu (1984; ver também Jeacle, 2008) argumentaram que existe uma forte ligação entre aspectos da cultura popular e da "alta cultura"<sup>2</sup> e estruturas ou práticas sociais. Bourdieu (1984) sugere que a produção e o consumo de artefactos culturais servem para criar e sustentar a distinção social, mostrou que as preferências por determinados tipos de música e por determinados cantores refletem tanto os níveis educacionais quanto a classificação das classes. Leming (1987) argumentou que as letras da música popular contemporânea desempenham um papel crítico na socialização dos valores e atitudes centrais entre os jovens, com mais da metade dos indivíduos que ele estudou relatando que as letras das músicas influenciaram as suas atitudes e pensamentos sobre um determinado assunto. A relação entre letras de músicas, atitudes sociais e comportamento também é reconhecida pelos profissionais de marketing que pagam a músicos e a compositores para mencionarem os seus produtos nas letras de músicas (Herd, 2005).

Smith e Jacobs (2011) exploram a representação dos contabilistas na música popular e adotam uma abordagem mais explícita da teoria social, informada pelo trabalho de Bourdieu (1984). Argumentam que a música popular desempenha um papel crítico na socialização de valores e atitudes sociais fundamentais e, portanto, esse é um elo importante de como a contabilidade é apresentada nas práticas culturais e instituições sociais. Estes autores encontraram poucas representações "positivas" de contabilistas na música popular, mas caracterizam as representações líricas em torno de: contabilistas como objeto de sátira, a contabilidade como servidora do capitalismo, a contabilidade como instrumento de opressão, contabilistas como símbolo de "status" e contabilistas como criadores de escândalos. Os autores sugerem que a apresentação geralmente negativa dos contabilistas e a natureza difusa da música popular suscitam preocupações, pois a música popular tem o poder de refletir e moldar as percepções públicas dos contabilistas, mesmo que essas representações sejam tendenciosas e

---

<sup>2</sup> "Alta cultura" é um termo utilizado de diversas maneiras, sobretudo no discurso acadêmico, cujo significado mais comum é o conjunto de produtos culturais, principalmente artísticos, realizados por meio de grande apuro técnico, tendo em conta a tradição e a beleza (ver Jeacle, 2008).

influenciadas pelas experiências dos compositores, elas representam uma ameaça à legitimidade social dos contabilistas.

As narrativas analisadas por Smith e Jacobs (2011) revelam uma caracterização muito negativa dos contabilistas e da contabilidade. No entanto, a representação dos contabilistas na música popular não é unitária, mas multifacetada, e a música popular, juntamente com outras formas de *media* popular, como filmes, cria e sustenta estereótipos específicos. As implicações dos resultados deste estudo para a profissão dos contabilistas são que a sua imagem pública não é boa, a contabilidade está a sofrer uma crise de legitimidade após os recentes escândalos contabilísticos (Enron, Worldcom e Parmalat).

A música popular pode influenciar atitudes e comportamentos sociais e políticos, tem a capacidade, através de letras relacionadas à contabilidade, de refletir e moldar conceitos e expectativas sociais da contabilidade e do contabilista (Smith e Jacobs (2011)). Briggs et al. (2007) argumentam que a contabilidade está a sofrer uma crise ética diante dos inúmeros escândalos contabilísticos dos últimos anos. Tais comentários sugerem que a contabilidade pode ter um problema de credibilidade ou legitimidade e que o significado de como os contabilistas são vistos na sociedade se estende além dos efeitos de recrutamento.

### **2.5.3. “Fast Fashion”**

A moda tem uma presença generalizada na sociedade contemporânea, contudo durante décadas o tema foi ignorado pelos investigadores em contabilidade, no entanto os tempos estão a mudar e o fenómeno do vestuário entrou no domínio do pensamento contabilístico. Reconhecendo a riqueza de se envolver com essa nova área, Sargiacomo ( 2008 , 2009 ) e Jeacle e Carter ( 2012 ) efetuaram algumas explorações iniciais sobre o papel da contabilidade no campo da moda. O trabalho histórico de Sargiacomo (2008) sobre a marca italiana de roupas de luxo *Brioni* destacou uma série de mudanças isomórficas, incluindo novos sistemas de controlo contabilístico, que transformaram a empresa de um pequeno negócio artesanal para uma marca global. Por outro lado, Jeacle e Carter (2012) examinam a outra extremidade do espectro da moda, o ambiente competitivo de preços de uma cadeia de lojas de moda contemporânea e sugerem o papel mediador da contabilidade no conflito entre criatividade e controlo de custos inerente a esses tipos de formas organizacionais. As lojas de moda de baixo preço e a sua cadeia produtiva também foi objeto de estudo mais recente por Neu, Rahaman e Everett (2013), estes autores mostram

como o uso das práticas contabilísticas, na entrega oportuna e barata de roupas de moda, pode, inadvertidamente, manter as condições de trabalho das fábricas de vestuário.

A noção de “fast fashion” como “fast food” captura a essência de um fenómeno que testemunha a constante renovação e reinterpretação de estilos, de modo que a esperança de vida de uma peça de moda é tipicamente limitada a semanas. De fato, a velocidade é agora um fator essencial na venda de roupa, uma mudança tão rápida nos estilos de moda tem as suas raízes no crescimento generalizado das cadeias de lojas internacionais, desde os primeiros participantes (Benetton no final da década de 1960) até aos *players* subsequentes (H&M e Zara na década de 1980 em diante) (Jeacle, 2015).

Existe assim uma chamada de atenção de que se deveria impulsionar ativamente pesquisas futuras em áreas mais amplas da contabilidade (Chapman, Cooper & Miller, 2009). Por outras palavras, em vez de adotar passivamente tendências de pesquisa de outras disciplinas, a contabilidade deve definir e inspirar direções de pesquisa além de seu próprio domínio. Um meio de atingir esse objetivo é ilustrar o papel da contabilidade de maneira mais geral na vida quotidiana e na cultura (Hopwood, 1994; Jeacle, 2012).

## **2.6. Em resumo**

A cultura popular e o quotidiano não têm sido muito explorados pelas pesquisas em contabilidade. Contudo o campo da história da contabilidade é uma exceção à regra, uma vez que esta forma de estudos tem diversificado as áreas temáticas e, conseqüentemente tem produzido conclusões fascinantes sobre a contabilidade e a relação com a história social e cultural em geral (Jeacle, 2008).

A contabilidade é uma prática humana e, portanto, os contextos quotidianos são locais importantes de pesquisa (Carnegie e Napier, 2012), o que incentiva os historiadores em contabilidade a envolverem-se com domínios que estão para além da disciplina. Na verdade, a história da contabilidade é inerentemente interdisciplinar (Carnegie e Napier, 2012).

A contabilidade deve definir e inspirar direções de pesquisa além de seu próprio domínio. Um meio de atingir esse objetivo é ilustrar o papel da contabilidade de maneira mais geral na vida quotidiana e na cultura.

De seguida apresenta-se a metodologia utilizada na realização deste trabalho.

## **CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**

Neste capítulo apresenta-se a metodologia adotada no estudo. A metodologia refere-se às escolhas que fazemos sobre os modelos mais apropriados, casos de estudo, métodos de recolha de dados e formas de análise de dados, no planeamento e execução de um estudo de investigação (Silverman, 2006).

A presente investigação insere-se no novo paradigma de investigação em História da Contabilidade. Será então efetuada uma investigação no paradigma interpretativo em contabilidade, analisando-a como um fenómeno que influencia e é influenciada pelo meio onde opera (Gomes, 2008). Uma investigação em história da contabilidade consiste no desejo de documentar as alterações na contabilidade e de explicar as mudanças efetuadas ao longo do tempo, identificando as suas causas (Gomes & Rodrigues, 2017), ao mesmo tempo, a investigação em história da contabilidade envolve três elementos que se encontram interrelacionados, sendo eles, a recolha, apresentação e interpretação dos factos (Boyns, Edwards, & Nikitin, 1997).

Em suma, este capítulo inicia com uma pequena abordagem aos conceitos de história de contabilidade tradicional e a nova história da contabilidade. Seguida de uma abordagem à metodologia escolhida, com base no objetivo de estudo. São identificados os instrumentos de recolha de informação e o procedimento desta investigação.

### **3.1. História de contabilidade tradicional e nova história da contabilidade**

O conhecimento histórico permite reduzir o risco de se efetuarem interpretações que podem ser inadequadas ou incompletas por não se ter em consideração a perspetiva histórica e por se assumirem pressupostos simplistas sobre o contexto envolvente. Tal como afirmam Gomes e Rodrigues (2017 p.211) “descobrir um documento que explica como um determinado procedimento contabilístico usado atualmente era usado no passado, ou perceber como a informação contabilística pode ser usada para manter relações de poder dentro de uma organização” pode levar a um trabalho de pesquisa de grande interesse, pois permite colocar o presente em perspetiva e pode ajudar a encontrar soluções para problema atuais. Fowler e Keeper (2016, p.389) afirmam mesmo que o estudo da história da contabilidade é essencial, uma vez que permite-nos entender o passado e o presente da contabilidade e fornece perspetivas sobre o futuro da contabilidade.

A investigação em história da contabilidade pode classificar-se como investigação tradicional ou nova história da contabilidade (Gomes, 2008). Na perspetiva da corrente mais tradicional, os investigadores acreditam que o seu trabalho é descrever da forma mais objetiva possível a realidade económica do passado, esta narrativa deve ser neutral e os factos económicos devem ser relatados como foram observados, contudo nos últimos anos defende-se que “o conteúdo e a forma da narrativa são inseparáveis e que não há uma única e verdadeira narrativa” (Gomes & Rodrigues, 2017, p.219).

A este ponto de vista contrapõe-se a visão dos novos investigadores que argumentam que o que é real é o que nós socialmente definimos como real, e que há tantos significados para um texto como interpretações para ele. É necessário compreender como a contabilidade condiciona e é condicionada pelo meio em que se insere (Gomes, 2008).

O conceito multidisciplinar em contabilidade foi o impulsionador desta nova corrente em história da contabilidade, uma vez que muitos dos novos investigadores em história da contabilidade tem formação e recorrem a várias disciplinas, entre as quais: antropologia, economia, história da ciência, teoria organizacional e sociologia (Gomes, 2008). Muitas das questões investigadas na nova história da contabilidade refletem preocupações nestas disciplinas (Miller et al, 1991, p.396). Os investigadores de áreas como a sociologia, teoria política organizacional, educação, direito e história consideram que podem aplicar na área contabilística, conhecimento das suas próprias disciplinas (Carnegie & Napier, 2012).

A história da contabilidade é uma área de investigação reconhecida em crescimento, caracterizada por diferentes correntes de pensamento, por uma oportunidade enorme de se estudarem fontes primárias, e por um grupo ativo e internacionalmente diversificado. A ideia não é a da unanimidade de opiniões e ideias, mas sim a da aprendizagem e troca de conhecimento mutua (Carnegie & Napier, 2012).

De acordo com esta perspetiva, este trabalho na investigação em história da contabilidade será um contributo para esta corrente designada de nova história da contabilidade, na medida em que a análise das fontes de arquivo por si só não permite elucidar todos as dimensões dos factos ocorridos, sendo necessário ter a perceção do contexto em que ocorrem, bem como do espaço e do tempo.

### **3.2. Metodologia de investigação**

A investigação em contabilidade pode adotar várias perspetivas teóricas diferentes, na forma como se explica as práticas contabilísticas, e cada uma destas várias perspetivas irá oferecer também diferentes perceções (Hoque, 2006). Os pressupostos metodológicos indicam o método de pesquisa que será mais apropriado para a recolha de evidências válidas. A escolha do método de pesquisa correto, vai depender de como a verdade é definida (Chua, 1986). A escolha do método de pesquisa a utilizar depende muito do fenómeno que se pretende investigar (Ekanem, 2007).

Na investigação desenvolvida o paradigma teórico inerente é o da investigação interpretativa (Chua, 1986; Hopper & Powell, 1985). Um estudo interpretativo enfatiza essencialmente a natureza subjetiva do mundo social e procura compreendê-la primariamente no quadro de referência daqueles que estão sendo estudados (Hopper & Powell, 1985), ao mesmo tempo que procura compreender a natureza social das práticas contabilísticas (Vieira, 2009).

A investigação interpretativa preocupa-se em descrever, compreender e interpretar os significados que os atores humanos aplicam aos símbolos e às estruturas dos cenários que os próprios encontram, assim como considera o contexto das sociedades e das organizações em que a contabilidade atua (Baker & Bettner, 1997). A sua principal preocupação não é de encontrar leis universais e generalizações, mas sim compreender a natureza social das práticas contabilísticas e os significados que as pessoas atribuem aos seus comportamentos e aos dos outros, bem como as estruturas sociais e comportamentos diários (Vieira, 2009). Assim, tendencialmente assiste-se à verificação da interpretação em primeiro lugar e só depois se faz a verificação se os factos confirmam ou não a interpretação efetuada (Gomes & Rodrigues, 2017; Miller, Hopper, & Laughlin, 1991).

Os historiadores em contabilidade são por norma interessados numa análise que abrange a natureza, papéis, métodos e impactos da contabilidade o que os leva a focar nas mudanças que ocorrem que possam contribuir para melhor entender o presente (Gomes, Carnegie, Napier, Parker, & West, 2011). Este tipo de investigação, denominada interpretativa, preocupa-se em perceber a natureza social da contabilidade e o seu objetivo, não se foca em encontrar leis universais e generalizadas, mas sim em compreender factos do quotidiano, as estruturas sociais e qual o significado que as pessoas atribuem quer aos seus comportamentos quer aos comportamentos dos outros (Vieira, 2009).

Ao se utilizar uma metodologia de pesquisa interpretativa, para se estudar como a contabilidade é gerada pela sociedade e suportada por esta, conseguirá obter-se uma melhor compreensão da contabilidade. Por outro lado, os estudos interpretativos têm como objetivo avaliar as relações observadas e fornecer interpretações na forma de ciência social (Previts et al., 1990b). Os pressupostos subjacentes ao paradigma interpretativo são a adoção de uma visão subjetiva dos fenômenos contabilísticos, tentando entender as interações que neles ocorrem (Vieira, 2009). Neste contexto, o objeto de análise é formulado em termos de ação, o qual abrange o comportamento físico e ainda os significados que lhe atribuem todos aqueles que interagem com ele (Lessard-Hebert, Goyette, & Boutin, 2005).

A investigação interpretativa utiliza geralmente métodos qualitativos, seguindo um processo interativo, para estudar a realidade empírica, que o interpreta sob o ponto de vista dos diversos intervenientes e no seu contexto (Vieira, 2009). Ao considerar a relação entre a ação social da vida diária e as dimensões da estrutura social, a investigação interpretativa localiza as estruturas no seu contexto social e analisa como estas evoluem ao longo do tempo (Vieira, 2009). Não são procuradas verdades absolutas, mas sim relatos que as traduzam, pois a construção destas verdades é o resultado da interação dos intervenientes com a realidade que, por consequência, é construída por estes (Vieira, 2009).

A investigação qualitativa em contabilidade está particularmente associada ao modelo de investigação interpretativo e procura explicar a forma como os fenômenos sociais são interpretados, compreendidos, produzidos e constituídos (Gomes & Rodrigues, 2017). Os estudos em história da contabilidade podem ser classificados como narrativos ou interpretativos, e a distinção entre estas duas formas na maior parte das vezes decorre do modo como o problema a ser estudado é definido e a metodologia que vai desenvolver a investigação é escolhida. Um estudo narrativo consiste na descrição dos itens exatamente como aconteceram, contando episódios de uma maneira particular, específica e não analítica. Por outro lado, os estudos interpretativos têm como objetivo avaliar as relações observadas e fornecer interpretações na forma de ciência social (Gomes & Rodrigues, 2017). Desta forma, o presente estudo de caso, assumir-se-á como um estudo interpretativo, onde posteriormente será descrito mais detalhadamente este mesmo estudo.

A utilização de estudo de caso pode ser um dos maiores desafios em todos os empreendimentos para fins de pesquisa em ciências sociais (Yin, 2009), e apresenta bastante potencial quando aplicado em investigação em história da contabilidade, pois permite que o

investigador olhe para o problema como um todo e ao mesmo tempo tome em consideração todas as variáveis envolvidas (Gomes & Rodrigues, 2017). Por outro lado, o estudo de caso é uma investigação que se foca em descrever, compreender, prever e/ou controlar os processos individuais (Woodside, 2010).

O estudo de caso é utilizado com frequência quando se pretende responder a questões do tipo “como” e porquê” e quando o investigador não exerce controlo sobre os eventos e quando o objeto de estudo tem especial destaque em fenómenos contemporâneos inseridos em determinado contexto da vida real (Yin, 2001). Neste trabalho foi adotado o método de estudo de caso, que será a análise dos registos contabilísticos do evento cultural: O Carnaval de Torres Vedras.

A seleção deste estudo de caso prende-se com o fato de estar diretamente relacionado com a temática estudada neste estudo: a Contabilidade e a cultura popular, uma vez que esta festividade tem uma importância enorme na cultura portuguesa e em particular na cidade de Torres Vedras. O Carnaval é um evento com um forte impacto na economia local torriense.

A escolha do período de análise prende-se com o facto do país ter passado por uma mudança de regime em 1974, com a Revolução dos Cravos, em que se transita de um período fascista em que a censura foi um elemento condicionante da cultura nacional para uma democracia em que tudo começa a ser permitido e o país começa a viver em liberdade. Assim, seria interessante perceber como eram feitos os registos contabilísticos do Carnaval nessa altura. A análise termina no ano de 1985, pois foi nesse ano que a organização do Carnaval deixa de ser feita de forma “informal” pela Comissão de Festas do Carnaval em que não existia a obrigatoriedade de prestação de contas para ser organizada pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

### **3.3. Fontes de arquivo**

Quando o estudo se debruça sobre a História da Contabilidade, e investigação de acontecimentos passados, a análise de documentos escritos é o método mais adequado a utilizar, tornando-se um método fundamental para compreender acontecimentos passados (Silva & Silva, 2013). Na investigação em história da contabilidade, a utilização de fontes primárias, faz com que estas se tornem num elemento fundamental na investigação, pois estas são muitas vezes mais precisas do que as fontes secundárias (Merino & Mayper, 1993).

O recurso a fontes históricas, e nomeadamente o recurso aos arquivos, local onde se encontram armazenadas estas fontes, continuam a ser um recurso importante para a obtenção de dados primários na investigação em história da contabilidade (Gomes & Rodrigues, 2017).

No tipo de investigação acima referida, investigação qualitativa, a análise de textos e documentos é um dos métodos mais utilizados (Vieira et al., 2009). Contudo os documentos não falam por si, tendo sido elaborados em contextos particulares, por determinadas pessoas, com objetivos específicos, e por isso, aquando da análise o investigador deve procurar compreender as condições em que os documentos foram preparados, a quem se destinavam, e que consequências tiveram esses documentos ao longo do tempo (Vieira et al., 2009)).

Para esta investigação foi utilizada uma metodologia qualitativa recorrendo a fontes primárias manuscritas complementada com uma entrevista ao Dr. António Carlos Nunes Carneiro (Vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras - Cultura e Turismo entre 1983 e 1997), tendo a mesma ocorrido no dia 20 de Setembro de 2021 via Zoom com a duração de 20 minutos. Sendo um estudo de caso em história da contabilidade procura-se a riqueza de dados através do estudo das fontes primárias dos arquivos consultados e da análise de fontes secundárias diversas. As fontes primárias manuscritas centrais deste estudo, foram os relatórios e contas da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras, existentes no Arquivo Municipal de Torres Vedras. Foi feita uma análise aos relatórios e contas da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras apenas para os anos de 1973 a 1981, pois apesar de todos os esforços não foi possível obter os relatórios para todo o período em análise. Foram ainda analisados artigos de jornais da região, livros e estudos realizados no passado sobre o Carnaval.

### **3.4. Em resumo**

No presente capítulo foi descrita a metodologia adotada neste trabalho. Foi adotada uma investigação interpretativa e qualitativa baseada em fontes manuscritas primárias existentes no Arquivo Municipal de Torres Vedras referentes ao período de estudo. As fontes centrais deste estudo foram os relatório e contas dos anos económicos compreendidos entre 1960 e 1985 da Comissão do Carnaval de Torres Vedras.

No próximo capítulo é feita uma análise à contextualização de Portugal nas diversas vertentes: política, social, económica e cultural de 1960 a 1985.

## **CAPÍTULO 4: CONTEXTO ECONÓMICO, POLÍTICO E SOCIAL**

O capítulo que se segue encontra-se dividido em duas secções. Na primeira será feita uma análise do contexto económico, social, político e cultural de Portugal durante os anos de 1960 e 1985 e na segunda e última secção será descrito o papel da cultura popular em Portugal antes e após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

### **4.1. Contexto económico, político e social de Portugal de 1960 a 1985**

Em 1960 Portugal vivia num regime ditatorial que se denominava de Estado Novo. As grandes linhas orientadoras do novo princípio político do Estado Novo foram definitivamente consagradas em 11 de Abril de 1933, no novo texto constitucional, estruturadas em torno dos seguintes pontos: o nacionalismo português; o imperialismo colonial; um Estado forte; o sentido corporativo; o intervencionismo económico-social (Pereira, 2011).

No âmbito do “nacionalismo português”, a estrutura do modelo político consubstanciava um conjunto de elementos doutrinários que se assumiam enquanto fator de união e coesão dos formalismos políticos consagrados no texto constitucional. Enquadrado pela conjuntura política na qual despontou, Salazar, estabeleceu um discurso assente em valores fortemente nacionalistas centrados nos virtuosismos da História de Portugal e nas figuras relacionadas com a formação do país (De Moura, 1968). Apelando ao nacionalismo, Salazar procurou contrapor um modelo identitário e um projeto político a uma realidade que traduzia um sentimento de cansaço e descrença nas potencialidades do país. Explorando a posição de descrédito que Portugal houvera adquirido desde a segunda metade do século XIX na conjuntura Europeia e promovendo aquilo que considerava ser o respeito pela História, pela tradição e pela realidade social do país, Salazar propôs uma nova construção política, tida como estruturalmente portuguesa, que resgatasse, pretensamente, o país da situação em que se encontrava (Pereira, 2011).

Expressão do renovado sentido identitário pretendido pelo Estado Novo, o nacionalismo reclamado por Salazar enquanto fundamento do novo Portugal assumiu-se como uma forte vertente da propaganda nacional. Visando exaltar os principais episódios do país enquanto nação, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) promoveu culturalmente os momentos e personagens estabelecidos enquanto referenciais e modelos da ideologia veiculada, projetando uma ideia assente na grandeza moral de uma pequena nação que pelas características do seu

povo se houvera convertido num dos mais importantes elementos civilizadores e civilizacionais do mundo (Pereira,2011).

No âmbito do “imperialismo colonial” a doutrina do Estado Novo compreendia na linguagem imperialista e na conceção associada, um dos fatores de forte afirmação e sustentação do nacionalismo português. Procurando reinscrever Portugal num contexto de pertença hegemónica na conjuntura mundial, Salazar procurou projetar, novamente, através de um processo de reestruturação política e unificação dos territórios coloniais, a ideia de um país não confinado a uma pequena parcela de terra circunscrita ao território europeu, mas antes a um vasto território disperso por vários continentes resultante do importante papel civilizacional de Portugal no mundo (Pereira, 2011).

Visando, inequivocamente, o reforço do sentido unitário de Portugal no contexto europeu através da recuperação da ideia de Império, pretendeu criar um critério único de nação, eliminando distinções formais assentes em pressupostos geográficos ou identitários. A extensão territorial da Nação portuguesa, segundo o mesmo, traduzia “um estado de consciência estratificado em séculos de história” (De Moura, 1968; p.352) assumindo cada uma das realidades que a compunha validade apenas enquanto expressão do país, do processo civilizador desempenhado por Portugal no mundo, falhas de sentido quando separadas ou afastadas da sua entidade criadora. De acordo com De Moura (1968, p.352) “o conceito de Nação é inseparável, no caso português, da noção de missão civilizadora”.

Daqui resultou o designado “O Estado Forte”; estruturando-se na rejeição dos pressupostos democráticos e no reforço do sentido autoritário consagrado no texto constitucional. O Regime do Estado Novo defendia esta ideia de “Estado Forte”, autoritário e dirigista, através da instauração de um regime de poder personalizado, ditatorial e antiparlamentar (Pereira, 2011).

O “Sentido Corporativo” é um dos pontos mais distintivos do governo, ditando a rejeição do conceito de cidadão e do conjunto de direitos civis e políticos que exprimem a necessidade constante de reforçar as liberdades individuais e distintivas, impunha a substituição do sentido de cidadania pela ideia de corporação, expressão de uma conceção política revisitada e afeta a um sistema organizativo específico (Barreto & Mónica, 1999, p 425). Considerando que o conceito de cidadão enquanto elemento singular atentava contra a soberania nacional e o equilíbrio social, subvertidos pelos interesses individuais e particulares dos mesmos em detrimento dos interesses da Nação, a corporação, representação dos diferentes elementos constituintes da sociedade,

assumia-se como um espaço de convergência dos diferentes interesses sociais, impondo a ideia de coletividade e de bem comum enquanto valor político dominante.

Por último o conceito de “intervencionismo económico-social” considerava que as orientações económicas e sociais deveriam estar alinhadas e inseridas no projeto político do Estado cabendo-lhe um papel arbitral. Inscrevia-se, assim, no texto constitucional a obrigatoriedade do Estado promover obras infraestruturais com vista ao fomento e projeção do desenvolvimento económico, o controlo das pautas aduaneiras, a par de possibilidades interventivas que se estendiam ao poder de interferir nos procedimentos administrativos das atividades económicas enquadradas pelo modelo corporativo (Pereira, 2011).

A 25 de Abril de 1974 deu-se a Revolução dos Cravos, liderada por um movimento militar, um evento da história de Portugal resultante do movimento político e social que colocou fim ao regime ditatorial do Estado Novo e que iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de abril de 1976, marcada por forte orientação socialista<sup>3</sup>. Seguiu-se um período de grande agitação social, política e militar conhecido como o PREC (Processo Revolucionário em Curso), marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações e confrontos militares que terminaram com o 25 de novembro de 1975. Estabilizada a conjuntura política, prosseguiram os trabalhos da Assembleia Constituinte para a nova constituição democrática, que entrou em vigor no dia 25 de abril de 1976.<sup>3</sup>

Após a revolução, a economia portuguesa assistiu a uma rápida expansão dos gastos públicos, tanto na administração como nas empresas públicas, o que resultou num défice das contas públicas e teve como consequência a necessidade de financiamento do setor público, recorrendo ao Fundo de Monetário Internacional (FMI) em 1982<sup>4</sup>.

Não foram só as mudanças económicas e políticas que marcaram este período, mas também, e não menos importantes, as mudanças sociais<sup>5</sup>. Com a implementação da democracia passou a existir eleições livres, todas as pessoas podiam ir votar nos partidos que quisessem, as mulheres começaram a poder votar e a viajar livremente, a grande mudança a nível social foi o da igualdade de género, homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos. Após anos e anos de censura através da polícia política, a Revolução do 25 de Abril traz consigo a liberdade de expressão, cada um era livre de dizer o que pensava, sem medos de censura<sup>5</sup>. O divórcio estendeu-

---

<sup>3</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_25\\_de\\_Abril\\_de\\_1974](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_25_de_Abril_de_1974), acedido em 21/09/2021.

<sup>4</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_econ%C3%B3mica\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_econ%C3%B3mica_de_Portugal), acedido em 21/09/2021.

<sup>5</sup> <https://visao.sapo.pt/visaojunior/historia-visaojunior/2016-04-14-conta-me-como-foi-o-25-de-abril/>, acedido em 05/11/2021.

se a toda a população, pois no período do Estado Novo, quem era casado à igreja não se podia divorciar. O salário mínimo foi implementado, deixando de ser permitido que os patrões pagassem o que quisessem aos seus trabalhadores. No período da ditadura as notícias só podiam sair nos jornais depois de terem sido lidas e autorizadas pelos serviços da censura, após a implementação da democracia a imprensa passou a ver livre<sup>5</sup>.

Havia um contraste significativo entre o crescimento económico e níveis de formação de capital no período 1960-1973 e na década de 1980. O período pré-revolucionário foi caracterizado por taxas de crescimento anual do PIB (6,9%). Em contraste, a década de 1980 apresentou menor taxa de crescimento anual do PIB (2,7 %)⁴.

A partir de 1980, a economia portuguesa e o poder político tinham como primeira prioridade de política externa a adesão à Comunidade Economia Europeia (CEE), verificando-se a partir de 1985 um período de expansão da atividade económica. Em 1 de janeiro de 1986 Portugal torna-se então formalmente membro da CEE, um marco importante para a situação atual de evolução da economia portuguesa <sup>4</sup>.

#### **4.2. A cultura popular em Portugal no período do Estado Novo**

Como um importante elemento no processo de caracterização concetual da ação desenvolvida pela propaganda do Estado Novo, a cultura popular concretiza a síntese de valores do entendimento ideológico estabelecido por Salazar e por parte do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) (Pereira, 2011). Fixando uma gama de referências a partir de elementos da cultura popular portuguesa, os órgãos da propaganda nacional procuraram estabelecer a essência cultural do país através das manifestações distintivas de cada uma das diferentes regiões de Portugal, projetando e expondo de acordo com a orientação da doutrina do Estado Novo (Pereira,2011).

Um importante aparelho reprodutor da ideologia do Estado Novo referido no ponto anterior foram os centros de recreio popular, ligados à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) (Torgal & de Carvalho, 1982). Por esta via pretendeu-se incrementar, não apenas a prática desportiva, mas também o espetáculo recreativo e a preocupação cultural, esta última presente nos incentivos dados à organização de bibliotecas que fossem ao encontro da linha de valores ideológicos do Estado Novo. As próprias sociedades de recreio, de criação mais genuinamente

---

<sup>4</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_econ%C3%B3mica\\_de\\_Portugal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_econ%C3%B3mica_de_Portugal), acedido em 21/09/2021.

<sup>5</sup> <https://visao.sapo.pt/visaojunior/historia-visaojunior/2016-04-14-conta-me-como-foi-o-25-de-abril/>, acedido em 05/11/2021.

popular, estavam sobre a tutela dos grandes órgãos centrais de propaganda, para além da FNAT, o SPN e a Junta de Ação Social (Torgal & de Carvalho, 1982).

Os objetivos dos órgãos centrais de propaganda eram os de difundir e fortalecer o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social (Pereira, 2011). À Junta de Ação Social foi atribuída competências para organizar e instalar bibliotecas em empresas ou comunidades de trabalho, em centros de alegria no trabalho anexos a esses locais, em grêmios que tivessem a possibilidade de colaborar na cultura dos empregados das empresas que os integravam, em sedes de sindicatos nacionais, em casas do povo e pescadores, em centros de recreio popular, em bairros de habitações económicas e em colónias de férias para trabalhadores. Portanto, o Estado Novo tinha como intenção a construção de uma cultura popular sintonizada com a sua linha ideológica (Torgal & de Carvalho, 1982).

O objetivo da propaganda era criar a imagem fictícia de um país com boas condições financeiras, trabalho, bons recursos médicos/hospitalares, sem mortalidade infantil e com um serviço de ensino de qualidade<sup>6</sup>. Nesse país imaginário, resultava a ocultação sistemática da realidade que não interessava ao regime, por lhe ser desfavorável, tarefa incumbida quase na totalidade aos meios de comunicação social, que esbatiam todas as notícias, acontecimentos, ideias críticas e manifestações de liberdade de expressão (Pereira, 2011). O condicionalismo dos jornais, rádio e televisão, que por sua vez já havia chegado a todas as outras fontes de comunicação (teatro, cinema, música) ocultava dos microfones a liberdade de expressão e tornava a imagem da censura num exemplo a seguir.

### **4.3. A cultura popular em Portugal pós 25 de Abril de 1974**

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 Portugal conheceu um contexto prolífero ao nível de expressões culturais, incluindo as manifestações culturais tradicionais, como, por exemplo, romarias, feiras, entre outras<sup>6</sup>. No entanto, depois do 25 de Abril, em especial no Portugal rural e no interior, as manifestações de cultura popular não sofreram alterações significativas com o processo revolucionário. No verão de 1975, realizaram-se, como se nada tivesse ocorrido, as grandes feiras e romarias que eram tradicionais, algumas com origens antiquíssimas, organizadas por confrarias religiosas, comissões fabriqueiras, com procissões, arraiais, missas solenes, bênçãos<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/a-revolucao-e-a-cultura-popular>, acedido em 05/10/2021

Mas o impacto da revolução fez-se sentir com intensidade noutros campos da cultura, provocando alterações significativas na forma como algumas artes se relacionavam com a sociedade<sup>6</sup>. Nas zonas urbanas do País dá-se a explosão das artes públicas, surgem os grandes murais políticos realizados por coletivos de artistas, mas também se verifica crescimento exponencial das frequências aos cinemas e aos espetáculos em geral, nomeadamente de teatro<sup>6</sup>. As populações surgem desejosas de conhecer e de usufruir das liberdades cívicas. No caso da música designada por ligeira, consolidou-se o movimento que ficou conhecido por nova música popular portuguesa, afastando dos palcos as manifestações mais identificadas com política cultural do Estado Novo, o folclore musical<sup>6</sup>.

O fim da censura e o sentido do dever de participação no processo político fizeram surgir novos músicos, novos cantores, uns vindos da semiclandestinidad a que o regime os sujeitava, outros vindos do exílio no estrangeiro<sup>6</sup>. Além da música o processo revolucionário foi apropriado por duas outras formas artísticas típicas da cultura popular urbana, nos cartoons e nos graffitis. À reserva e desconfiança do mundo rural, a cultura das cidades e dos seus bairros periféricos desafiava e questionava o poder com atrevimento e sarcasmo, por vezes muito ácido<sup>66</sup>. Questionar as contradições da realidade é o principal objetivo do cartoon, o termo que substituiu o de caricatura, trazendo a lume questões sérias a sorrir<sup>6</sup>. Uma das formas mais originais e visíveis de extravasão da liberdade, residiu nas paredes do país, através dos graffitis. Tudo foi escrito e pintado nas paredes após o 25 de Abril. Foi aí que as pessoas expressaram o seu entusiasmo, ou a sua raiva, os desejos, as reclamações, os desabafos, a ironia, as palavras de ordem. As inscrições e figurações nos muros, quer fossem apenas reflexos partidários, quer contassem histórias individuais, colaboraram para o belo e impetuoso momento de liberdade que Abril proporcionou e de que ainda hoje permanecem alguns exemplos. Os graffitis foram porventura a mais genuína e democrática forma de expressão popular<sup>6</sup>. O Carnaval mantém-se como manifestação popular e assume também o papel de crítica social e política (Reis, 2001).

#### **4.4. Em resumo**

Em 1960 Portugal vivia num regime ditatorial que se estendeu até 25 de Abril de 1974, ano em que se assistiu a um golpe de estado militar, denominado de Revolução dos Cravos. Durante todo este período, Portugal vivia sob a governação de um regime autoritário, conservador, nacionalista, corporativista de Estado de inspiração fascista,

---

<sup>6</sup> <https://media.rtp.pt/memoriadarevolucao/acontecimento/a-revolucao-e-a-cultura-popular>, acedido em 05/10/2021

parcialmente católica e tradicionalista, de cariz antiliberal, antiparlamentarista, anticomunista e colonialista onde a liberdade de expressão não era permitida. A 25 de 1974 deu-se a Revolução dos Cravos, liderada por um movimento militar, um evento da história de Portugal resultante do movimento político e social que colocou fim ao regime ditatorial do Estado Novo. A Revolução do 25 de Abril traz consigo a liberdade de expressão, cada um era livre de dizer o que pensava, sem medos de censura.

## **Capítulo 5: Estudo Empírico**

### **5.1. Contextualização histórica do Carnaval de Torres Vedras**

O Carnaval de Torres Vedras surgiu nos anos 20 do século XX. Em 1922 um grupo de mascarados percorreu as várias coletividades da então vila de Torres Vedras, fazendo a ligação entre o tradicional Carnaval das coletividades e o carnaval de rua (Paulo 2015). O êxito dessa iniciativa levou à formação, no ano seguinte, de uma comissão para estruturar melhor o Carnaval de 1923 (Paulo 2015). Esta festividade foi enraizada a partir dos anos 80 como sendo o “Carnaval mais Português de Portugal”, sendo encarada como símbolo identitário da região oeste, tendo um papel fundamental na construção da imagem de Torres Vedras (Paulo 2015).

Segundo Matos (2001), o Carnaval de Torres Vedras surgiu em 1923, podendo o mesmo ser dividido em quatro fases referentes à evolução do Carnaval ao longo dos anos. Na primeira fase o espaço temporal é compreendido entre o ano de 1922 a 1926, sendo designada pela fase da invenção do Carnaval torriense. Entre o final da primeira fase e o início da segunda, houve um interregno das festividades durante quatro anos (1927 a 1929) devido a viver-se um período de Ditadura Militar. Durante este interregno, o Carnaval desaparece das ruas voltando para as coletividades. A segunda fase iniciou-se no ano de 1930 a 1940, consistindo num período de propaganda, devido à organização do Carnaval (Matos, 2001). No ano de 1933, o Carnaval afirmou-se levando à sua projeção a nível nacional, sendo uma mais-valia, pois proporcionou uma maior aderência por parte do público e um maior conhecimento sobre o mesmo. Esta projeção dependeu da participação financeira da Câmara Municipal de Torres Vedras e da campanha de propaganda da imprensa nacional, estando presentes mais de 20 mil pessoas, revertendo os fundos para os Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (Matos, 2001). O Carnaval começou a ser uma festividade organizada e com fins turísticos e de beneficência. Contudo, apesar de ser uma época relevante foi marcada pela censura, pela proibição de certos comportamentos e pelos desfiles dos carros alegóricos, que criticavam as autoridades da época. Nesta segunda fase do Carnaval, esta festividade foi ganhando mais fama e mais público, sendo considerada a época de maior notoriedade do mesmo.

Devido à Segunda Guerra Mundial e às dificuldades económicas sentidas por parte da organização entre 1940 e 1960 houve um interregno das festividades. A terceira fase decorreu de 1960 a 1974, sendo um período onde o Carnaval se afirmou como tradição e organização independente. Devido aos vinte anos de interregno, esta fase foi marcada por grandes dificuldades,

nomeadamente em recuperar os festejos carnavalescos, que só ganharam um novo ânimo a partir de 1960 (Matos, 2001). Para tal ser possível, realizou-se em 1959 uma reunião no Teatro-Cine de Torres Vedras, formando-se uma comissão em que o principal objetivo era impulsionar o Carnaval. Esta comissão permitiu que os lucros do desfile de Carnaval revertissem para a Colónia Balnear Infantil de Santa Cruz durante os anos de 1960 a 1974 (Paulo 2015). Até 1974, o Carnaval continuou a ter êxito sendo considerado um dos carnavais mais populares de Portugal, apesar dos espaços de liberdade anteriores ao 25 de abril terem sido raros. Podemos verificar na Figura 1 que os cartazes do Carnaval de Torres Vedras dos anos de 1973 e 1974 continham muita informação sobre o programa das festas e eram cartazes com pouca cor e pouco apelativos à curiosidade da população.

**Figura 1:** Cartazes Carnaval de Torres Vedras de 1973 e 1974



**Fonte:** AMTVD – Carnaval: Cartaz, 1973 e 1974. Cx. 2.

Em 1975, o país vivia sob a liberdade conquistada pelo 25 de abril, sendo uma oportunidade para o Carnaval se expandir e inovar, apesar de, até 1978, através de várias tentativas, não se conseguiu fazer renascer o Carnaval (Paulo, 2015). Em 1978, formou-se uma comissão de Carnaval patrocinada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e pela comissão de turismo, que proporcionou o regresso do Carnaval revertendo os fundos a favor do asilo de São José, mas por pouco tempo, devido às crises orçamentais e às inundações de 1983 (Paulo, 2015). Nesta época a censura tinha terminado e a população vivia um período de liberdade, social, artística e intelectual e isso era bem evidente nos cartazes do Carnaval para estes anos (ver Figura

2). Os cartazes do Carnaval de Torres Vedras pós 25 de Abril de 1974 eram cheios de cor e continham pouca informação sobre a festividade, ao contrário dos cartazes antes da Revolução dos Cravos (ver Figura 1), o que apela à curiosidade da população. Podemos ainda, observar que o cartaz de 1980 contem as cores da bandeira arco-íris<sup>7</sup>, o que remete para uma abertura social e de mentalidade bem marcada da época.

**Figura 2:** Cartazes Carnaval Torres Vedras (1978, 1979, 1980 e 1981)



**Fonte:** AMTVD – Carnaval: Cartaz, 1978, 1979, 1980 e 1983. Cx. 2.e 3

A quarta fase decorreu de 1985 até à atualidade, consistindo num Carnaval organizado e estruturado (Matos, 2001). A partir desta altura, o Carnaval vai crescendo ao longo dos anos, quer em quantidade como em qualidade, rejeitando influências externas, assumindo-se como “o mais Português de Portugal” e como o mais mediático do país (Paulo, 2015). Em 1985, o Dr. António Carneiro (na altura Vereador da Cultura e Turismo e também, o Presidente da Região de Turismo do Oeste) propôs numa sessão camarária a criação de uma organização mais profissionalizada para o Carnaval de Torres Vedras, tendo em atenção a herança cultural e o ponto de vista económico, promocional e turístico do concelho (Matos, 2001).

Nos anos 90, iniciou-se o curso escolar na manhã de sexta-feira, com o objetivo de trazer para a rua o que era feito nas instituições escolares da cidade (Paulo, 2015). Em 1997, desfilaram com a presença do secretário de estado da juventude mais de 3000 crianças e jovens, desde o infantil até ao final do ensino secundário (12º ano). Nesse dia, marcaram presença todas as escolas e infantários do concelho de Torres Vedras (Paulo, 2015).

Em 1993, o então primeiro-ministro Cavaco Silva, recusou-se a assinar o decreto que desde o Estado Novo concedia feriado na terça-feira de Carnaval. O Dr. António Carneiro

<sup>7</sup> A Bandeira Arco-Íris também conhecida como Bandeira do Orgulho Gay, é um símbolo da Comunidade Gay e do Movimento LGBT. Criada em 1979 pelo ativista gay Gilbert Baker.

acompanhado de ministros, matrafonas, zés-pereiras e cabeçudos organizaram uma manifestação em Lisboa, tendo com esta atitude aumentado ainda mais a popularidade do Carnaval torriense (Paulo, 2015).

O Carnaval de Torres Vedras cresceu devido a campanhas de marketing, tornando-se numa festa oficializada com as suas raízes inseridas nos anos 20. Para a autora Reis (2001), este consiste numa celebração tradicional em constante desenvolvimento e inovação, preservando as suas tradições apesar de todas as alterações que esta festividade sofreu ao longo das épocas. A autora menciona que esta festividade caracteriza-se pelo divertimento, pela sátira, pela abundância e pela abertura da festa a todos os indivíduos, independentemente da classe social. É de salientar que nesta festividade se abordam questões políticas e sociais, que resultam de práticas antigas mas também de uma forma de sátira metafórica.

## **5.2. A Comissão do Carnaval de Torres Vedras de 1960 a 1985**

O Carnaval de Torres Vedras sempre foi muito importante para cidade, pois (durantes estes anos) a sua principal finalidade era apoiar instituições de beneficência, todas as receitas eram distribuídas para essas instituições. De 1960 a 1974 as receitas reverteram a favor da construção da colónia balnear de Santa Cruz, da Associação Física e Desportiva de Torres Vedras, para que todas as crianças desfavorecidas do concelho conseguissem fazer uma semana de férias. A partir de 1975 as receitas do Carnaval revertiam a favor do Lar de São José em Torres Vedras. Esta função social pode ser comprovada pelas palavras da revista Flama<sup>8</sup> que a seguir se transcrevem (Ver Anexo 1:

*“...Até que, por volta de 1949, uma equipa de jovens dirigentes meteu ombros a um empreendimento que, à maioria, parecia irrealizável – a construção das novas instalações para a Colónia Balnear. Obra difícil era-o sem dúvida, e quando chegou a altura de mobilizar todas as boas-vontades, o amor das gentes de Torres fez o milagre. O dinheiro surgiu, como pedras, tijolos, telhas e as mãos calorosas de pedreiros, estucadores e carpinteiros, que somente nos fins-de-semana podiam oferecer o contributo do seu trabalho abnegado.*

---

<sup>8</sup> A Revista Flama foi uma publicação portuguesa, fundada a 5 de Fevereiro de 1937 como jornal quinzenário da Juventude Escolar Católica (autointitulava-se como “jornal ilustrado de atualidades”), e encerrou a 2 de Setembro de 1976.

*Boa parte do dinheiro que ajudou a levantar as paredes da nova Colónia Balnear foi, então, conseguido em anos sucessivos pelo produto líquido das festas do Carnaval de Torres, que iam ganhando popularidade e prestígio em todo o País...”* (Flama, 1968, p.50)

*“O nosso Carnaval não tem paralelo, pois é uma obra de bem que permite às crianças mais desprotegidas uma estadia anula à beira-mar, com bons ares, sol, maresia e alimentação abundante.”* (Flama, 1968, p.50)

Esta função social é confirmada pelas palavras recolhidas na entrevista realizada:

*“O Carnaval de Torres (que se aproxima do centenário) foi sempre muito importante. As receitas dos Corsos de Domingo e 3ª feira revertiam para instituições de beneficência (primeiro para a Colónia Balnear da Praia de Santa Cruz, da Física de Torres. Nos anos 50 e 60 todas as crianças desfavorecidas do Concelho ali faziam uma semana de praia. Depois para o Lar de S.José”* (Entrevista ao Dr. António Carneiro)

Nesta época a Comissão do Carnaval de Torres Vedras era totalmente independente da Câmara Municipal de Torres Vedras e trabalhava em prol das associações da terra, numa espécie de desorganização organizada<sup>9</sup>. A Comissão não era institucionalizada, era composta por um grupo de pessoas de forma informal, cujo objetivo era ajudar as coletividades do concelho e apesar de não existir obrigatoriedade de prestação de contas públicas, a Comissão de Festas do Carnaval apresentava o detalhe das despesas e das receitas do Carnaval, uma vez que os lucros dependiam em grande parte de subsídios. Isto mesmo é confirmado pelo entrevistado:

*“A Direção dessas coletividades era ajudada, então, pelos chamados “carolas”, gente dinâmica em regra ligada ao movimento associativo. Também grande parte do trabalho de confeção dos carros, das decorações das ruas (muito ligeiras) e os cabeçudos era trabalho oferecido face à finalidade da receita. Nessa altura não havia prestação pública de contas embora as Direções as fizessem constar.”* (Entrevistado: Dr. António Carneiro)

Podemos verificar na Figura 3 para o ano de 1971 existia um Plano de formação da Comissão do Carnaval, onde era definida a estrutura da Comissão e os seus objetivos. A chefia da Comissão era formada por um quadrunvirato, representantes dos comissionistas e chefes de cada uma das quatro divisões que constituíam a Comissão, competia, assim à chefia da Comissão

---

<sup>9</sup> <http://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/renato-valente/>, acessado a 06/10/2021

reunir e sancionar cada uma das quatro divisões e fazer a interligação dos assuntos comuns das mesmas.

A primeira divisão compreende 4 secções: Secretaria, cuja função era de compilar toda a correspondência necessária, quer da chefia da Comissão, quer das divisões, encaminhar para as respectivas divisões a documentação inerente à atividade da Comissão, arquivando e contabilizando os documentos necessários; Estruturação das Festas, à qual cabia a tarefa de estudar e planificar as festas; Ornatações e Propaganda, aqui era feito todo o trabalho relacionado com as ornatações das festas, incluindo o aluguer de edificios para a sua execução e a publicidade das mesmas; Conceção de Carros, cujo principal objetivo era o de fomentar o aparecimento de ideias de novos carros, bem como de motivos de festas e proceder à sua escolha (Figura 3).

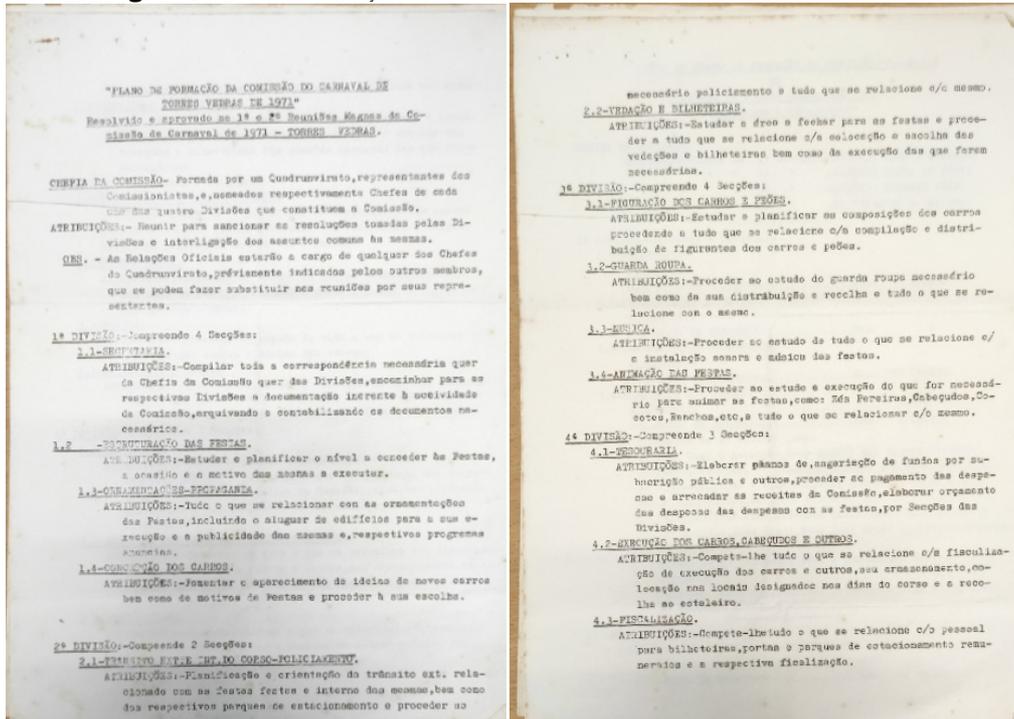
A segunda divisão compreende duas secções: Transito Interno e Externo do Corso – Policiamento, nesta secção era feita a planificação e orientação do trânsito externo e interno relacionado com as festas, bem como os respetivos parques de estacionamento e proceder ao policiamento necessário; Vedação e Bilheteiras, esta secção estava encarregue a estudar as áreas a fechar para as festas e proceder a tudo que se relacione com a colocação e escolha de vedações e bilheteiras, bem como da execução das que forem necessárias (Figura 3).

A terceira divisão compreende quatro secções: Figuração dos Carros e Peões, cujo objetivo era estudar e planificar as composições dos carros procedendo a tudo o que se relacione com a compilações e distribuição de figurantes dos carros e peões; Guarda Roupa, nesta secção era feito o estudo do guarda-roupa necessário, bem como a sua distribuição e recolha de tudo o que se relacione com o mesmo; Música, incumbida da tarefa de estudar tudo o que se relacione com a instalação sonora das festas; Animação das Festas, procedia ao estudo e execução de tudo o que fosse necessário para animar as festas, tais como: Zé Pereiras, Cabeçudos, Cocotes, etc (Figura 3).

A quarta, e última, divisão compreende três secções; Tesouraria, cujo trabalho passava pela elaboração de planos de angariação de fundos públicos e outros, procedia ao pagamento das despesas e arrecadava as receitas da Comissão, elaborava orçamentos das despesas com as festas; Execução dos Carros, Cabeçudos e Outros, a esta secção competia-lhe tudo o que estava relacionado com a fiscalização da execução dos carros e outros, o seu armazenamento, colocação nos locais designados dos dias do corso e recolha ao estaleiro; Fiscalização, competia-lhe tudo o que se relacionava com o pessoal das bilheteiras, portas e parques de estacionamento desde remuneração a fiscalização (Figura 3).

Para o ano de 1978 podemos constatar a composição da Comissão de Festas de Torres Vedras (ver Figura 4), composta por 26 membros e totalmente composta por homens. Podemos verificar também que no início do relatório e contas existia uma mensagem da comissão (ver Figura 5).

**Figura 3:** Plano da formação da Comissão do Carnaval de Torres Vedras de 1971



Fonte: AMTVD – Carnaval: Plano de formação da Comissão, 1971. Cx. 2.

**Figura 4:** Composição da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras em 1978

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE 1978

- Dr. Alberto Avelino
- Dr. João Corrêa
- Renato Valente
- José Ramos
- José Manuel Barreira Abrantes
- João Maria Brandão de Melo
- Tancredo Alberto Costa
- Armindo Amaral Pereira
- António Verino
- Fernando Costa
- Stélio Justino Aires
- José Alberto Leiria
- Vitor Timóteo
- Joaquim Gomes Gago
- Vitor Manuel D. Rodrigues
- Julio Grazina
- Armando dos Santos Gomes
- Afonso Umbelino
- António Miranda Jr.
- Jorge Miguel Pereira
- Francisco Paulo Braz
- Juvonal Martinho
- ALBINO dos Santos
- Luis Augusto Madeira
- Kropotkine Vicente dos Santos
- Francisco Sales

CONVENÇŊES EM 8/11/78  
• NÃO COMPARÊCIAM

Fonte: AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978. Cx. 2.

**Figura 5:** Mensagem da Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras no relatório e contas de 1980

CARNAVAL 1980

Se analisarmos as actividades desenvolvidas por esta Comissão, verificamos que nem todo o trabalho esteve de acordo com o plano que desejariamos apresentar, porquanto:

A falta de instalações próprias para a execução de trabalhos e seu armazenamento, origina, como bem se compreende, o recurso a um curto espaço de tempo. Daí resulta uma execução apressada desses trabalhos o que prejudica as técnicas expressadas que, necessariamente, acabam por falhar no que respeita ao nível artístico que delas se esperava. Por outro lado, também o limite de tempo obriga a gastos bastante mais elevados, em virtude de ter de se recorrer a pessoal de emergência que, por motivos de vária ordem, nos leva ao pagamento de salários mais altos.

De tudo isto resulta uma angustiante frustração. Porém, e apesar de tudo, há que avançar energicamente com a obra já iniciada, para que continuemos com o CARNAVAL MAIS PORTUGUÊS DE PORTUGAL, e com esta grande — senão a maior — festa da nossa terra.

De muito nos valeu a generosidade dos proprietários da firma AUTO FORMIGAL, desta cidade, colocando à nossa disposição as suas instalações, para todos os trabalhos. Nunca será demais salientar a sua nobre atitude nem renovar os nossos agradecimentos.

Das ENTIDADES OFICIAIS tivemos toda a colaboração possível, tanto moral como financeira.

A ROBBIALAC, como sempre, contribuiu imensamente para o brilhantismo da nossa festa, colaborando "em grande forma". Aqui ficam expressos os nossos melhores agradecimentos.

O COMÉRCIO, a INDÚSTRIA, os BANCOS, os PARTICULARES, com os seus donativos, deram-nos um apoio tão encorajante que nos levou a sentirnos menos pesados as nossas atribuições e cansaças.

De propósito deixámos para o fim — porque os primeiros serão os últimos e os últimos serão os primeiros — a justiça de uma referência especial de reconhecimento para com todos os colaboradores que, com zelo e dedicação, se prontificaram com a sua ajuda na realização prática dos objectivos espreendidos.

Quanto às tão necessárias instalações, fica-nos a esperança de poderemos verificar para breve a conclusão da obra há tempo começada, para que o CARNAVAL DE 1981 possa vir a ser mais um óptimo sucesso.

Verifica-se, assim, que o interesse pela realização dos festejos carnavalescos é grande e sincero.

POR TANTAS E TÃO VALIOSAS PARTICIPAÇÕES, MUITO OBRIGADOS!

Torres Vedras, 30 de Abril de 1980

A COMISSÃO

**Fonte:** AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1980. Cx. 3

Em 1985, o Dr. António Carneiro (na altura Vereador da Cultura e Turismo e também, o Presidente da Região de Turismo do Oeste) propôs numa sessão camarária a criação de uma organização mais profissionalizada para o Carnaval de Torres Vedras, a qual foi aprovada por unanimidade (Entrevista realizada com o Dr. António Carneiro). Foi assim criada uma Comissão Executiva de cinco elementos, presidida pelo Dr. António Carneiro, participando jovens e dois elementos das “antigas” Comissões de Festas do Carnaval que foram fundamentais pela sua experiência. Como consequência da dedicação desta Comissão executiva foram implementadas várias medidas, tais como: Construção de novas bases para os carros (com rodas de camiões comprados à sucata do exército), criação de Corso Escolar (pioneirismo no País), Corsos Noturnos, carnaval de Verão, introdução do conceito de Carnaval Temático, procura de patrocinadores, contratação de um técnico oficial de contas e fortes campanhas de Marketing.

### **5.3. Relatório e Contas do Carnaval de Torres Vedras**

Apesar de todos os esforços não foi possível obter os Relatórios e Contas para todos os anos do período em análise, apenas se conseguiu analisar os relatórios que se encontravam no arquivo municipal (anos de 1973, 1974, 1978, 1979, 1980, 1981 e 1985), uma vez que a organização do Carnaval de Torres Vedras não era algo institucionalizada e a informação perdeu-

se. Segundo o que informaram no arquivo municipal esta informação era guardada nas casas particulares de alguns membros da comissão de festas e apenas teve acesso ao que foi cedido por alguns membros da Comissão ao arquivo municipal.

Como já referimos anteriormente a Comissão de Festas do Carnaval de Torres Vedras, era composta por um grupo de pessoas de forma informal, cujo objetivo era ajudar as coletividades do concelho e apesar de não existir obrigatoriedade de prestação de contas públicas, a Comissão apresentava o detalhe das despesas e das receitas do Carnaval, emitindo anualmente um relatório e contas da festividade.

Os relatórios, a partir de 1978 iniciavam com uma primeira parte onde era expressa uma mensagem por parte da Comissão de como tinha corrido a organização e das dificuldades sentidas na organização, tal como a seguir se transcreve:

*“A falta de instalações próprias para a execução de trabalhos e seu armazenamento, origina, como bem se compreende, o recurso a outro espaço de tempo. Daí resulta uma execução apressada desses trabalhos o que prejudica as técnicas empregadas que, necessariamente, acabam por falhar no que respeita ao nível artístico que delas se esperava. Por outro lado, também o limite de tempo obriga a gastos bastante mais elevados, em virtude de ter de se recorrer a pessoal de emergência que, por motivos de vária ordem, nos leva ao pagamento de salários mais altos.”*

(Relatório e contas do Carnaval de 1980, pág.1, §2)

Eram dados os devidos agradecimentos aos participantes que ajudavam na organização, bem como às instituições que davam donativos, tal como apresentado no relatório e contas de 1978 (ver também Figura 6):

*“Quer a Comissão agradecer a todas as Entidades Oficiais, e particularmente ao Comercio e Indústria todo o apoio monetário e moral que permitiu montar no pouco tempo que desposemos a máquina do Carnaval.*

*Agradecer ao grupo de jovens que organizou o PAASEIO CICLISTA TRAPALHÃO a Lisboa – que tão bem soube publicitar o nosso carnaval.*

*Expressar a todos os Trabalhadores, Pintores, Artistas, todo o nosso reconhecimento pelo empenho posto no seu trabalho.”*

(Relatório e contas do Carnaval de 1978, pág.1, §5, 6, 7)

**Figura 6:** Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1978

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE 1978

Vai por este Relatório a Comissão de Carnaval - 1978 apresentar as suas contas, que tiveram um resultado positivo.

Após um interregno de quatro anos, com um tempo primaveril, recebeu Torres Vedras a visita de milhares de festeiros que permitiram fazer renascer o Carnaval e encarar com optimismo as realizações futuras.

O CARNAVAL RENASCEU !

Pensa a Comissão que como primeira festa do Concelho-carta turístico de Torres Vedras - O CARNAVAL - deverá ser dotado de estruturas que o possam fazer sair do amadorismo e dos sobressaltos de quem tem que montar em pouco tempo (este ano pouco mais de 30 dias), uma festa de tanta envergadura e tão representativa do Concelho.

✓ Ao Lar de S. José - para quem se destinam os lucros do Carnaval 1978 e depósito dos bens do mesmo - caberá, na sua Direção o entender, começar já a pensar no próximo CARNAVAL 1979.

✦ Quere a Comissão agradecer a todas as Entidades Oficiais e particulares, ao Comércio e Indústria todo o apoio monetário e moral que permitiu montar no pouco tempo que dispusemos a máquina do Carnaval.

Agradecer ao Grupo de Jovens que organizou o PARSEIO CICLISTA TRAPALHÃO a Lisboa - que tão bem soube publicitar o n/Carnaval.

Expressar a todos os Trabalhadores, Pintores, Artistas, todo o n/ reconhecimento pelo empenho posto no seu trabalho.

Crê a "Comissão" que cumpriu o que lhe foi exigido e assin com este Relatório dá por terminados os seus trabalhos.

A COMISSÃO

**Fonte:** AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978. Cx. 2.

Após a mensagem efetuada pela Comissão é então apresentado o mapa das receitas e das despesas, onde de um lado se agrupava a receita nas seguintes rubricas: Contribuintes, Corso, Diversos e Subsídios Oficiais e do outro a despesa nas seguintes grandes rubricas: Carros e Cabeçudos, Publicidade, Corso, Despesas Gerais, tal como se verifica na Figura 7, relativa ao ano de 1978.

**Figura 7:** Mapa de receitas e despesas do Carnaval de Torres Vedras de 1978

COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1978  
Mapa da Receita e Despesa

<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
CONTRIBUINTES ..... 208 777\$50	CARROS E CABEÇUDOS ..... 378 866\$60
CORSO ..... 1 188 258\$00	APARELHAGEM SONORA ..... 21 386\$00
DIVERSOS ..... 34 040\$00	PROPAGANDA E PUBLICIDADE ..... 120 793\$00
SUBSIDIOS OFICIAIS ..... 249 468\$00	CORSO ..... 461 917\$30
	DESPESAS GERAIS ..... 37 948\$40
	1 020 911\$30
	<u>SALDO POSITIVO</u> ..... 659 632\$20
1 680 543\$50 =====	1 680 543\$50 =====

**Fonte:** AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978. Cx. 2.

### **5.3.1. Receitas e Despesas de 1960 a 1974**

De 1960 a 1974 as receitas do Carnaval de Torres Vedras revertiam a favor da construção da Colónia balnear da praia de Santa Cruz em Torres Vedras que pertencia a Associação de Educação Física e Desportiva, cuja principal finalidade era instruir educar o povo de Torres Vedras e em especial ministrar educação física gratuita aos alunos das escolas primárias, secundárias e especiais, que públicas ou privadas que existiam no concelho. Nos relatórios e contas dos anos de 1973 e 1974 (os únicos que existem no Arquivo Municipal para o período de 1960 a 1974) não contém mensagem inicial da Comissão de festas, apenas os dados das receitas e das despesas desses anos, pelo que não conseguimos verificar que as receitas foram efetivamente doadas à colónia Balnear de Santa Cruz, contudo podemos verificar que o objetivo das receitas era esse através dos cartazes e programas do carnaval para esses anos, como consta na Figura 8 (Panfleto do programa de festas Carnaval de Torres Vedras do ano de 1961)

**Figura 8:** Panfleto do programa de festas do Carnaval de Torres Vedras de 1961



Fonte: AMTVD – Carnaval: Programas, 1961. Cx. 1.

**Figura 9: Relatório e Contas de 1973**

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE TORRES VEDRAS Ano de 1973	
I - Resumo da <u>RECEITA</u> e <u>DESPESA</u>	
<u>RECEITA</u>	
CURSO .....	633 630000
CONTRIBUINTES .....	66 772500
CARROS PUBLICITÁRIOS .....	30 000000
SUBSÍDIOS OFICIAIS .....	138 000000
DIVERSOS .....	8 514020
	876 916070
<u>DESPESA</u>	
CARROS E CABEÇUÇOS .....	279 285020
PUBLICIDADE .....	37 784000
C O R S O .....	266 110000
DESPESAS GERAIS .....	20 393010
	873 343000
	876 916070

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE TORRES VEDRAS Ano de 1973	
II - <u>DESENVOLVIMENTO DA RECEITA</u>	
<u>C O R S O</u>	
<u>DOMINGO</u>	
30.343 peões a 10000 .....	303.430000
218 carros a 70000 .....	152.600000
2.359 parques a 10000 .....	23.590000
297 parques a 20000 .....	5.940000
baile do curso .....	11.220000
terreiros vendedores .....	2.640000
	382.870000
<u>TERÇA</u>	
19.012 peões a 10000 .....	190.120000
365 carros a 70000 .....	25.540000
2.333 parques a 10000 .....	23.330000
26 parques a 20000 .....	520000
Baile do Curso .....	8.050000
Terreiros vendedores .....	1.930000
Cabine sonora .....	860000
	250.760000
	633.630000
<u>CONTRIBUINTES</u>	
Dívidas do comércio e indústria .....	46.500000
Dívidas dos mestres da zona do Curso .....	6.980000
Dívidas de particulares "Contribui- tos Pessoais" .....	13.237000
	66.772500
<u>CARROS PUBLICITÁRIOS</u>	
Da Cerveja "CERVAL" (Red Alva, Lda.) .....	10.000000
Da "MIRUPI" (Móveis, Rosado & Pinto, Lda.) .....	10.000000
Da Adega Cooperativo de Torres Vedras .....	10.000000
	30.000000
<u>SUBSÍDIOS OFICIAIS</u>	
Da Com. Mun. de Turismo de T. Vedras .....	50.000000
Da Câmara Municipal de Torres Vedras .....	68.000000
Da Secretaria de Estado de Inf. e Turismo .....	10.000000
Do Governador Civil de Lisboa .....	10.000000
	138.000000
<u>DIVERSOS</u>	
Baile Trapalhão (saldo positivo) .....	4.649020
Stand Ciral (terreiro venda refrescos) ..	1.500000
Carlos Valaz (terreiro venda fortunas) ..	1.250000
Firmino Adão (terreiro venda churros) ...	750000
Venda de 50 lts. de vinho de sobras ....	300000
Venda de sucatas de ferro .....	650000
	876.916070

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE TORRES VEDRAS Ano de 1973	
III - <u>DESENVOLVIMENTO DA DESPESA</u>	
<u>CARROS E CABEÇUÇOS</u>	
Mão de obra .....	205.600000
Madeiras e Plátex .....	21.256000
Tintas, gesso e pisa .....	25.260000
Fazenda para cola (570 quilos) .....	4.352000
Preços e ferragens .....	3.929000
Trabalhos de serigrafia .....	8.500000
Tecidos .....	884000
Plásticos e cordões .....	1.932000
Armação final dos carros .....	5.840000
Diversos .....	1.750020
	279.285020
<u>PUBLICIDADE</u>	
Programas e cartazes .....	29.756000
Publicidade sonora .....	6.110000
Diversos .....	1.918000
	37.784000
<u>C O R S O</u>	
Ornamentações .....	35.959000
Venda de bilhetes .....	9.021000
Guarda-roupa .....	23.517000
Cocotes (200.000 cocotes) .....	18.413010
Bilhetes, pastéis e armaduras .....	23.470000
Policimento (PSP e GNR) .....	71.377000
Rés Pezões .....	14.020000
Aparilhagem sonora .....	8.350000
Bailes no curso .....	4.000000
Passal dos cabeçudos .....	11.370000
Diversos .....	46.996000
	266.110000
<u>DESPESAS GERAIS</u>	
Encargos oficiais .....	6.500020
Encargos secretaria .....	5.200010
Encargos Estêticos .....	4.947000
Encargos Baile Trapalhão .....	2.560000
Encargos diversos .....	1.170040
	20.393010
	603.573010

Fonte: AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1973. Cx. 2.

**Figura 10:** Relatório e Contas de 1974

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL TORRES VEDRAS 1974	
<b>I - Resumo da RECEITA e DESPESA</b>	
<u>RECEITA</u>	
CORSO .....	496.597850
CONTRIBUINTES .....	69.049850
CARROS PUBLICITARIOS .....	10.000000
SUBSIDIOS OFICIAIS .....	110.000000
DIVERSOS .....	4.410000
	<u>690.057800</u>
<u>DESPESA</u>	
CARROS E CABECUÇOS .....	242.608800
PUBLICIDADE .....	35.019800
CORSO .....	246.807800
DESPESAS GERAIS .....	13.713610
Saldo positivo .....	<u>151.859810</u>
	<u>690.057800</u>

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL TORRES VEDRAS 1974	
<b>II - Desenvolvimento da RECEITA</b>	
<u>CORSO</u>	
<u>DOMINGO</u>	
21.392 peões a 10000 .....	213.920000
412 carros a 70000 .....	28.840000
1.335 parques a 10000 .....	13.350000
212 parques a 20000 .....	4.240000
baile do Corso .....	13.825000
terrazas vendedoras .....	2.280000
	<u>278.455800</u>
<u>TERÇA</u>	
15.497 peões a 10000 .....	152.970000
512 carros a 70000 .....	35.840000
1.721 parques a 10000 .....	17.210000
14 parques a 20000 .....	280000
baile do Corso .....	10.055000
terrazas vendedoras .....	1.040000
cabine sonora .....	747000
	<u>238.342500</u>
	496.597850
<u>CONTRIBUINTES</u>	
Cédulas do Comércio e Indúst. ..	45.806800
Cédulas dos senhores da zona do Corvo .....	11.896800
débitos particulares (contas de buña pessoal) .....	11.357050
	<u>69.049850</u>
<u>CARROS PUBLICITARIOS</u>	
De Fonseca Comércio e Representações, SARL .....	10.000000
<u>SUBSIDIOS OFICIAIS</u>	
De Conselho Mun. de Turismo ..	50.000000
De Câmara Municipal de Torres ..	50.000000
De Governador Civil de Lisboa ..	-10.000000
	<u>110.000000</u>
<u>DIVERSOS</u>	
Stand Círcul (terçado venda re-frescos) .....	1.900000
Carlos Velez (terçado venda farturas) .....	1.250000
Oferta de firma juvenel (ba-fata feita ODRG) .....	1.000000
venda de 110 ltr. vinho (sobressal) .....	660000
	<u>4.410000</u>
	<u>690.057800</u>

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL TORRES VEDRAS 1974	
<b>III - Desenvolvimento da DESPESA</b>	
<u>CARROS E CABECUÇOS</u>	
Mão de obra (espreitada) .....	185 880000
Madeira e Platem .....	20 888800
Tintas, gesso e pita .....	20 661000
Farinha para cola .....	662000
Pregos e ferragens .....	2 365000
Trabalhos de sezzelharía .....	6 810000
Tecidos, Plásticos e cordas .....	1 530010
Diversos .....	3 806000
	<u>242.608800</u>
<u>PUBLICIDADE</u>	
Programas e Cartazes .....	24 598000
Publicidade sonora .....	4 011050
Baile trapelhão .....	4 852050
Diversos .....	1 557000
	<u>35.019800</u>
<u>CORSO</u>	
Organizações .....	35 200000
Vendações e Bilheteiros .....	18 433040
Guarda-croup .....	9 374800
Cocotes (150.000 cocotes) .....	14 488040
Bilheteiros, Porteiros e Arrumadores .....	19 040000
Bus Perceiros .....	18 880000
Policiamento .....	67 623000
Aparelhagem Sonora .....	3 450000
Bailes no Corso .....	11 982050
Pessoal Cabeçuda .....	38 885000
Diversos .....	246 857800
	<u>246.807800</u>
<u>DESPESAS GERAIS</u>	
Emprego Oficial .....	4 834000
Emprego Secretaria .....	5 210050
Encargos Estataes .....	2 807060
Encargos Diversos .....	861000
	<u>13 713610</u>
	<u>690.057800</u>

Fonte: AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1974. Cx. 2.

As receitas do Carnaval de Torres vedras eram compostas por quatro grandes rúbricas (ver Figura 9 e 10): Contribuintes, curso, subsídios oficiais, carros publicitários e diversos, sendo que cerca de 75% era proveniente do curso. Na rúbrica do curso eram registadas as vendas dos

bilhetes para entrada no recinto (peões e carros) bem como as vendas dos bilhetes dos parques. A segunda maior fonte de receita (16%) era proveniente de subsídios oficiais da Câmara Municipal de Torres Vedras, da Comissão Municipal do Turismo de Torres Vedras, da Secretaria de Estado de Informação e Turismo e do Governador Civil de Lisboa.

Como podemos verificar na Figura 9 e 10, para além dos subsídios oficiais, uma parte substancial da receita era explicada pelas dívidas dos contribuintes, tais como do comércio e indústria, dos moradores da zona do curso e de particulares (contributos pessoais). Na rubrica dos carros publicitários eram registados os carros que continham publicidade de empresas e marcas. Por último na rubrica dos diversos eram registadas as mais diversas receitas, tais como: propaganda no curso paga pelas marcas, terrados (vendas de refrescos, faturas, churros) e chamadas telefónicas.

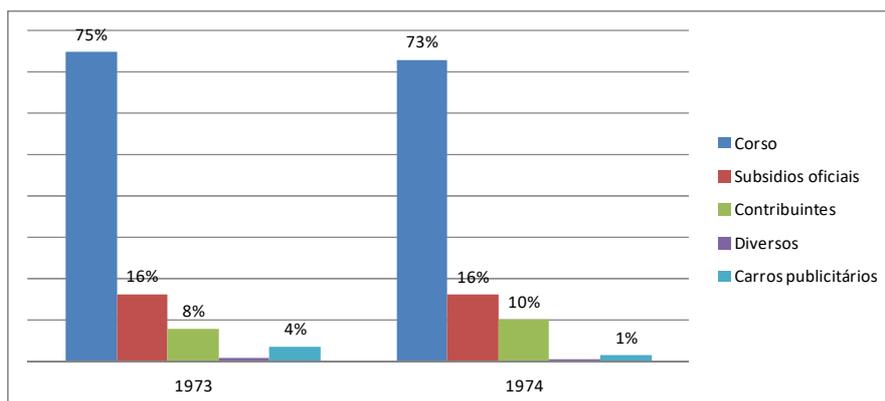
Como podemos constatar nos relatórios de 1973 e 1974 (Ver Figura 9 e 10) cada entrada dos peões no curso tinha um custo de 10 escudos, de carro 70 escudos e nos parques de 10 e 20 escudos, dependendo do parque. Verificamos que no ano de 1974 houve menos entradas, e consequentemente menos receitas, devido em grande parte ao período de instabilidade política que o país estava a passar neste ano, foram menos 13.600 entradas no total o que totalizou diminuição da receita proveniente do curso de cerca de 137 mil escudos. Podemos verificar também uma diminuição de cerca de 28 mil escudos da receita proveniente dos subsídios oficiais o que refletiu uma diminuição de cerca de 22% no total da receita, de 1973 para 1974, como podemos verificar na Tabela 1 no Gráfico 1.

**Tabela 1:** Receitas do Carnaval de Torres Vedras

<b>Rúbrica</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>Varição</b>
Curso	633 630,00	496 597,50	-22%
Subsidios oficiais	138 000,00	110 000,00	-20%
Contribuintes	66 772,50	69 049,50	3%
Diversos	8 514,20	4 410,00	-48%
Carros publicitários	30 000,00	10 000,00	-67%
<b>Total Receita</b>	<b>876 916,70</b>	<b>680 057,00</b>	<b>-22%</b>

*\*Valores em escudos*

**Gráfico 1:** Evolução das receitas do Carnaval de Torres Vedras



No que respeita às despesas do Carnaval de Torres vedras eram compostas por quatro grandes rubricas (ver Figura 9 e 10): carros e cabeçudos, corso, publicidade e despesas gerais, sendo que a maioria dos gastos eram explicados pelas despesas com carros e cabeçudo (45%) e pelo corso (45%). Na rúbrica dos carros e cabeçudos eram registadas as despesas relacionadas com elaboração dos carros e dos cabeçudos, tais como: mão-de-obra, madeiras e platex, tintas, gesso e pita, farinha para cola, pregos e ferragens, trabalhos de serralharia, tecidos, plásticos e cordas e arrumação final dos carros. Na rúbrica do corso eram registadas as despesas com ornamentações, vedações e bilheteiras, guarda-roupa, cocotes, bilheteiros, porteiros e arrumadores, policiamento (GNR e PSP), pés pereiras, aparelhagens sonoras, bailes no corso, pessoal dos cabeçudos e diversos. Na rúbrica de publicidade eram registadas as despesas com propagação e cartazes, publicidade sonora e outros. Por último, na rúbrica de despesas gerais, eram feitos os registos dos encargos oficiais, encargos de secretaria, encargos com os estaleiros e encargos com o baile trapalhão.

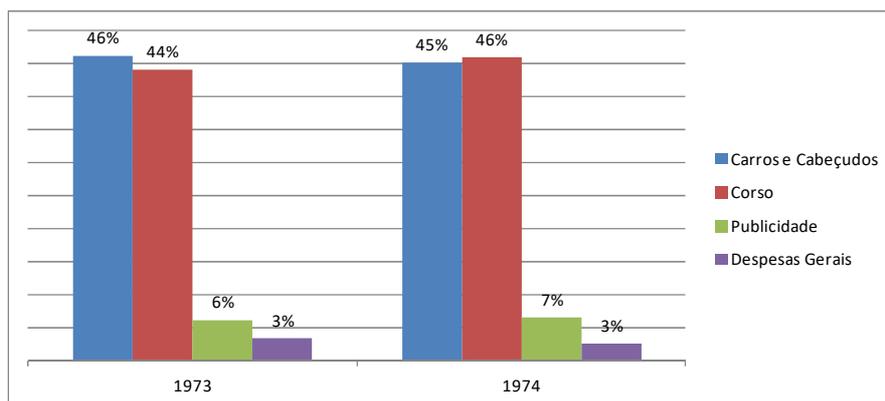
Podemos verificar que as despesas acompanharam a tendência decrescente das receitas, também estas diminuíram de 1973 para 1974 cerca de 11%, tal como podemos verificar na Tabela 2 e Gráfico 2

**Tabela 2:** Despesas do Carnaval de Torres Vedras

Rúbrica	1973	1974	Varição
Carros e Cabeçudos	279 285,20	242 608,80	-13%
Corso	266 110,80	246 857,00	-7%
Publicidade	37 784,00	35 019,00	-7%
Despesas Gerais	20 393,10	13 713,10	-33%
<b>Total Despesa</b>	<b>603 573,10</b>	<b>538 197,90</b>	<b>-11%</b>

\*Valores em escudos

**Gráfico 2:** Evolução das despesas do Carnaval de Torres Vedras



A principal fonte de receita que durante os anos anteriores foi o Corso, tem vindo a perder ao longo dos anos alguma expressão, como podemos verificar no Gráfico 1, pelo que os subsídios oficiais acabam por de colmatar esta diminuição da receita, uma vez que o resultado líquido da festividade deveria ser positivo pois revertia a favor de instituições locais.

### 1.1.1 Receitas e Despesas de 1975 a 1985

Durante os anos de 1975 e 1977 o Carnaval não se realizou, uma vez que o país passou por um período de grande instabilidade política, económica e social, tendo sido retomado em 1978. Nesse ano as receitas passaram a reverter a favor do Lar de São José de Torres Vedras, como podemos constatar na mensagem da Comissão presente na primeira página do relatório e contas de 1978 (Mensagem da Comissão):

*“Ao Lar de S. José – para quem se destinam os lucros do Carnaval d 1978 e depositário dos bens do mesmo – caberá, se a sua Direção o entender, começar já a pensar no próximo CARNAVAL 1979”*

(Relatório e contas do Carnaval de 1978, pág.1, §4)

*“Desde o início se soube que o saldo que ora é apresentado e no qual os “duros” da comissão sempre apostaram, reverteria, deduzidas de algumas despesas de investimento futuro a combinar, a favor do Lar de São José que esteve bem presente no entusiasmo da organização e na generosidade doa que quiseram contribuir. Principalmente aqueles que, vivendo no Concelho, bem conhecem e veneram aquela utilíssima Instituição.”*

(Relatório e contas do Carnaval de 1978, pág.2, §5)

**Figura 11:** Desenvolvimento da Receita 1978 a 1981

COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE 1978

Desenvolvimento da RECEITA

CONTRIBUENTES

Moradores da zona do Corso e Outros .... 93 167\$50  
 Comércio, Indústria e Bancos ..... 115.610\$00 208 777\$50

CORSO

Domingo  
 29 020 peões a 20\$00 ..... 580 400\$00  
 231 carros a 150\$00 ..... 34 650\$00  
 1 546 parques a 10\$00 ..... 15 460\$00  
 57 parques a 50\$00 ..... 2 850\$00  
 Baile ..... 14 095\$00 647 455\$00

Terça-feira

24 171 peões a 20\$00 ..... 483 420\$00  
 189 carros a 150\$00 ..... 28 350\$00  
 1 275 parques a 10\$00 ..... 12 750\$00  
 8 parques a 50\$00 ..... 400\$00  
 Baile ..... 15 883\$00 540 803\$00

DIVERSOS

Propaganda no Corso ..... 20 000\$00  
 Chamadas Telefônicas ..... 2 290\$00  
 Terrados ..... 11 750\$00 34 040\$00

SUBSÍDIOS OFICIAIS

Camara Municipal ..... 249 468\$00  
 1 680 543\$50

COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1979

Desenvolvimento da RECEITA

CONTRIBUENTES

Moradores da zona do corso e Outros .... 87 830\$00  
 Comércio, Indústria e Bancos ..... 147 900\$00 235 730\$00

CORSO

Domingo  
 20 770 peões a 30\$00 ..... 623 100\$00  
 112 carros a 200\$00 ... 22 400\$00  
 Baile ..... 23 200\$00 668 700\$00

Terça-feira

17 214 peões a 30\$00 ..... 516 420\$00  
 136 carros a 200\$00 ... 27 200\$00  
 Baile ..... 26 850\$00 570 470\$00

DIVERSOS

Propaganda no corso ..... 30 000\$00  
 Chamadas telefônicas ..... 1 440\$00  
 Terrados ..... 27 830\$00 59 270\$00

SUBSÍDIOS OFICIAIS

Camara Municipal ..... 220 612\$50  
 1 754 762\$50

Torres Vedras, 25 de Junho de 1979

A TESOUREARIA

COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1980

Desenvolvimento da RECEITA

CONTRIBUENTES

Moradores da zona do corso e outros ... 95 893\$00  
 Comércio, Indústria e Bancos ..... 189 002\$50 284 895\$50

CORSO

Domingo  
 16 585 peões a 50\$00 ..... 829 250\$00  
 70 carros a 250\$00 ... 17 500\$00  
 992 parques a 10\$00 ... 9 920\$00  
 6 parques a 50\$00 ... 300\$00  
 Baile ..... 27 900\$00 884 870\$00

Terça-feira

11 084 peões a 50\$00 ..... 554 200\$00  
 53 carros a 250\$00 ... 13 250\$00  
 630 parques a 10\$00 ... 6 300\$00  
 Baile ..... 28 300\$00 602 050\$00

DIVERSOS

Propaganda no Corso ..... 25 000\$00  
 Chamadas telefônicas ..... 470\$00  
 Terrados ..... 18 450\$00 43 920\$00

SUBSÍDIOS OFICIAIS

Camara Municipal ..... 450 000\$00  
 2 265 735\$50

COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1981

Desenvolvimento da RECEITA

CONTRIBUENTES

Moradores da zona do corso e outros.....91.950\$00  
 Comércio, Indústria e Bancos.....119.850\$00 211.800\$00

CORSO

Domingo  
 18.882 peões a 50\$00...944.100\$00  
 81 carros a 300\$00...24.300\$00  
 Baile.....42.930\$00 1.011.330\$00

Terça-feira

15.059 peões a 50\$00...752.950\$00  
 82 carros a 300\$00...24.600\$00  
 Baile.....35.110\$00 812.660\$00

DIVERSOS

Propaganda no corso.....17.500\$00  
 Terrados.....41.300\$00 58.800\$00

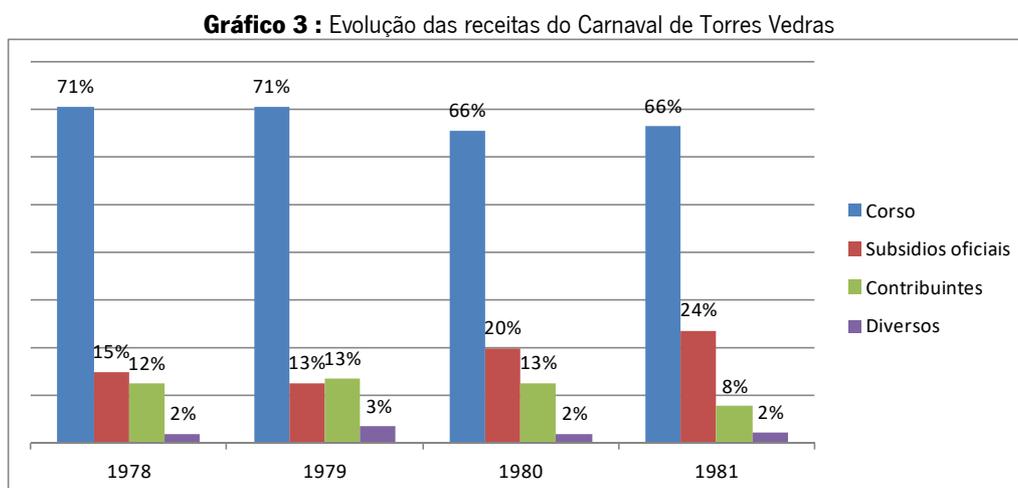
SUBSÍDIOS OFICIAIS

Camara Municipal..... 650.000\$00  
 2.744.590\$00

Fonte: AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978, 1979, 1980 e 1981 a. Cx. 2 e 3.

A composição das receitas neste período eram idênticas às do período anterior, bem como o peso de cada uma das rubricas no total das receitas, eram compostas por quatro grandes

rúbricas (ver Figura 11): Contribuintes, curso, subsidios oficiais, carros publicitários e diversos, sendo a rúbrica com maior relevo a do curso (Ver Gráfico 3).



Como podemos constatar no detalhe das receitas dos relatórios e contas de 1978 a 1981 (Ver Figura 11) o preço das entradas no curso aumentou de ano para ano. Cada entrada dos peões no curso passou de 20 escudos em 1978 para 50 escudos em 1981, de carro passou de 150 escudos para 300 escudos cada. Verificamos que ao longo dos anos o número de entradas no curso foi diminuindo, mas devido ao aumento do preço dos bilhetes, esta redução não se refletiu no total da receita que aumentou ao longo dos anos, tal como podemos verificar na Tabela 3.

**Tabela 3:** Receitas do Carnaval de Torres Vedras

Rúbrica	1978	1979	Varição	1980	Varição	1981	Varição
Curso	1 188 258,00	1 239 170,00	4%	1 486 920,00	20%	1 823 990,00	23%
Subsidios oficiais	249 468,00	220 612,50	-12%	450 000,00	104%	650 000,00	44%
Contribuintes	208 777,50	235 730,00	13%	284 895,50	21%	211 800,00	-26%
Diversos	34 040,00	59 270,00	74%	43 920,00	-26%	58 800,00	34%
<b>Total Receita</b>	<b>1 680 543,50</b>	<b>1 754 782,50</b>	<b>4%</b>	<b>2 265 735,50</b>	<b>29%</b>	<b>2 744 590,00</b>	<b>21%</b>

\*Valores em escudos

Como podemos verificar na Tabela 3 a rúbrica dos subsidios oficiais, que durante este período provinha apenas da Câmara Municipal de Torres Vedras (ao contrário do período analisado anteriormente que provinha de varias entidades oficiais), aumentou significativamente ao longo dos anos e o seu peso no total da receita era cada vez mais significativo aumentando de 15% em 1978 para 24% em 1981 Isto deveu-se ao facto de o objetivo principal da festividade ser o de contribuir para as coletividades locais, desta forma o Carnaval não poderia dar prejuízo, pois o objetivo era o de ajudar quem mais necessitava. Assim, e como a contribuição da Câmara

Municipal de Torres Vedras era cada vez mais significativa, em 1985, o Dr. António Carneiro, propôs numa sessão camarária a criação de uma organização mais profissionalizada para o Carnaval de Torres Vedras, tendo em atenção a herança cultural e o ponto de vista económico, promocional e turístico do concelho.

No que respeita às despesas do Carnaval de Torres vedras, estas eram compostas por quatro grandes rubricas (ver Figura 12): carros e cabeçudos, corso, propaganda e publicidade e despesas gerais, sendo que a maioria dos gastos eram explicados pelas despesas com carros e cabeçudo e pelo corso. Na rúbrica dos carros e cabeçudos eram registadas as despesas relacionadas com elaboração dos carros e dos cabeçudos, à semelhança do analisado no período anterior.

**Figura 12 : Desenvolvimento da Despesa 1978 a 1981**

<u>COMISSÃO DAS FESTAS DO CARNAVAL DE 1978</u>				<u>COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1979</u>			
<u>Desenvolvimento da DESPESA</u>				<u>Desenvolvimento da DESPESA</u>			
<u>CARROS E CABEÇUDOS</u>				<u>CARROS E CABEÇUDOS</u>			
Da Comissão .....	274 053\$90			Da Comissão .....	425 217\$20		
Das Juntas de Freguesia .....	<u>104 812\$70</u>	378 866\$60		Das Juntas de Freguesia .....	<u>133 700\$00</u>	558 917\$20	
<u>APARELHAGEM SONORA</u>				<u>APARELHAGEM SONORA</u>			
		21 386\$00				41 939\$00	
<u>PROPAGANDA E PUBLICIDADE</u>				<u>PROPAGANDA E PUBLICIDADE</u>			
		120.793\$00				190 769\$70	
<u>CORSO</u>				<u>CORSO</u>			
Cocotes .....	35 410\$00			Cocotes .....	64 040\$50		
Seguro do Carnaval .....	50 452\$50			Seguro do Carnaval .....	70 612\$50		
Guarda-Roupa .....	23 393\$50			Guarda-Roupa .....	22 978\$00		
Ornamentações .....	75 300\$00			Ornamentações .....	80 000\$00		
Policimento .....	64 680\$00			Policimento .....	76 770\$00		
Baile .....	10 649\$50			Baile .....	12 096\$00		
Ranchos .....	5 200\$00			Ranchos .....	16 481\$20		
Salários (bilheteiros e Porteiros) .....	57 380\$00			Salários (bilheteiros e porteiros) .....	55 775\$00		
Vedações .....	106 132\$60			Zés-Pereiras .....	53 350\$00		
Zés-Pereiras .....	<u>33 312\$20</u>	461 917\$30		Enterro do Entrudo .....	994\$50		
<u>DESPESAS GERAIS</u>				<u>DESPESAS GERAIS</u>			
Diversos .....	32 811\$60			Diversos .....	19 370\$50	472 468\$20	
Secretaria .....	<u>5 136\$80</u>	<u>37 948\$40</u>		Secretaria e Tesouraria .....		<u>3 587\$80</u>	
		1 020 911\$30				1 267 681\$90	
						=====	
<u>COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1980</u>				<u>COMISSÃO DE FESTAS DO CARNAVAL DE 1981</u>			
<u>Desenvolvimento da DESPESA</u>				<u>Desenvolvimento da DESPESA</u>			
<u>CARROS E CABEÇUDOS</u>				<u>CARROS E CABEÇUDOS</u>			
Da Comissão .....	603 857\$00			Da Comissão .....	634.057\$80		
Das Juntas de Freguesia .....	<u>80 859\$00</u>	684 716\$00		Das Juntas de Freguesia .....	<u>52.500\$00</u>	686.557\$80	
<u>APARELHAGEM SONORA</u>				<u>APARELHAGEM SONORA</u>			
		38 294\$50					
<u>PROPAGANDA E PUBLICIDADE</u>				<u>PROPAGANDA E PUBLICIDADE</u>			
		392 094\$80				373.665\$50	
<u>CORSO</u>				<u>CORSO</u>			
Cocotes .....	72 849\$50			Cocotes .....	71.725\$00		
Guarda-Roupa .....	45 055\$00			Seguro do Carnaval .....	138.652\$50		
Ornamentações .....	97 500\$00			" de Pessoal .....	8.789\$00		
Policimento .....	80 400\$00			Guarda Roupa .....	86.001\$80		
Baile .....	15 608\$00			Ornamentações .....	117.000\$00		
Enterro do Entrudo .....	620\$00			Policimento .....	50.670\$00		
Salários .....	82 100\$00			Baile .....	16.000\$00		
Zés-Pereiras .....	<u>120 326\$30</u>	514 458\$80		Ranchos e Acordionista .....	22.612\$00		
<u>DESPESAS GERAIS</u>				<u>DESPESAS GERAIS</u>			
Diversos .....	18 090\$50			Diversos .....	<u>2.656\$00</u>	768.552\$30	
Secretaria e Tesouraria .....	<u>3 840\$70</u>	<u>21 931\$20</u>		Secretaria e Tesouraria .....		<u>6.740\$50</u>	
		1 651 495\$30				1.835.516\$10	
		=====				=====	

Fonte: AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978, 1979, 1980 e 1981 a. Cx. 2 e 3.

Analisando a evolução das despesas (Ver Tabela 4) do período em análise, podemos verificar que apesar das despesas com os carros e cabeçudos e com o curso serem as que mais

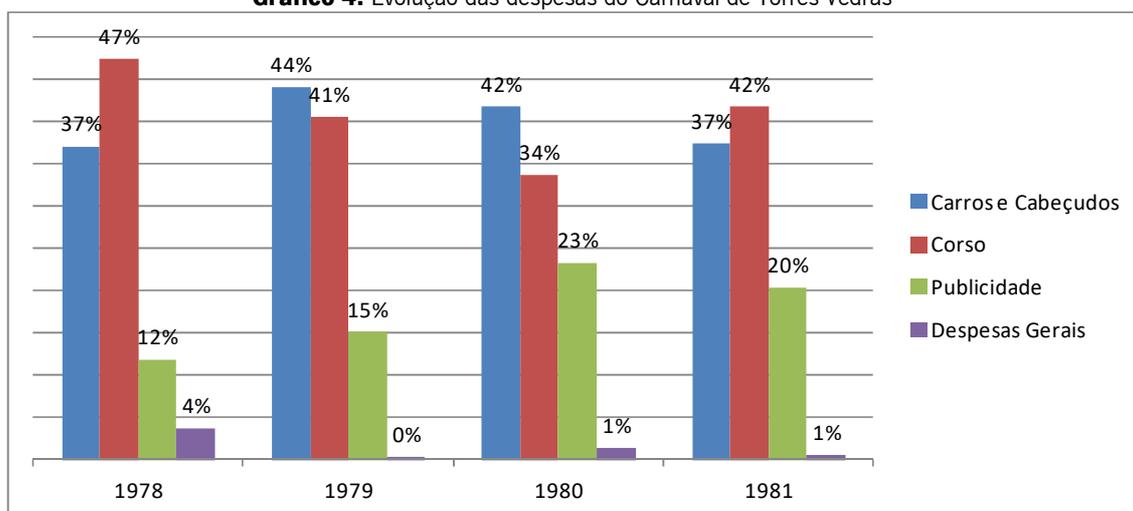
contribuem para o total das despesas, os gastos com publicidade têm vindo a ganhar significado ao longo dos anos (Ver Gráfico 4), passando de 12 % em 1978 para 23% em 1980 e 20% em 1981, pois a divulgação da festividade era cada vez mais importante uma vez que o número de bilhetes vendidos estava a diminuir de ano para ano. Podemos verificar também um aumento significativo da despesa com o curso ao longo dos anos especialmente do ano de 1980 para 1981. Como podemos verificar na Figura 12 existem despesas neste período de análise que não existiam no período anterior, como é o caso dos gastos com os seguros não só do carnaval, mas também do pessoal.

**Tabela 4 :** Despesas do Carnaval de Torres Vedras

Rúbrica	1978	1979	Variação	1980	Variação	1981	Variação
Carros e Cabeçudos	378 866,60	558 917,20	48%	684 716,00	23%	686 557,80	0%
Curso	483 303,30	514 407,20	6%	552 753,30	7%	765 896,30	39%
Publicidade	120 793,00	190 769,70	58%	382 094,80	100%	373 655,50	-2%
Despesas Gerais	37 948,40	3 587,80	-91%	21 931,20	511%	9 396,50	-57%
<b>Total Receita</b>	<b>1 020 911,30</b>	<b>1 267 681,90</b>	<b>24%</b>	<b>1 641 495,30</b>	<b>29%</b>	<b>1 835 506,10</b>	<b>12%</b>

\*Valores em escudos

**Gráfico 4:** Evolução das despesas do Carnaval de Torres Vedras



#### 5.4. Em resumo

O Carnaval de Torres Vedras surgiu nos anos 20 do século XX. Em 1922 um grupo de mascarados percorreu as várias coletividades da então vila de Torres Vedras, fazendo a ligação entre o tradicional carnaval das coletividades e o carnaval de rua. Esta festividade foi enraizada a partir dos anos 80 como sendo o “Carnaval mais Português de Portugal”, sendo encarada como símbolo identitário da região oeste, tendo um papel fundamental na construção da imagem de Torres Vedras. O Carnaval de Torres Vedras cresceu devido a campanhas de marketing, tornando-

se numa festa oficializada com as suas raízes inseridas nos anos 20. Consiste numa celebração tradicional em constante desenvolvimento e inovação, preservando as suas tradições apesar de todas as alterações que esta festividade sofreu ao longo das épocas, esta festividade caracteriza-se pelo divertimento, pela sátira, pela abundância e pela abertura da festa a todos os indivíduos, independentemente da classe social.

O Carnaval de Torres Vedras sempre foi muito importante para cidade, pois a sua principal finalidade era apoiar instituições de beneficência, todas as receitas eram distribuídas para essas instituições. De 1960 a 1974 as receitas reverteram a favor da construção da colónia balnear de Santa Cruz, da Associação Física e Desportiva de Torres Vedras, para que todas as crianças desfavorecidas do concelho conseguissem fazer uma semana de férias. A partir de 1975 as receitas do Carnaval revertiam a favor do Lar de São José em Torres Vedras.

Apesar da entidade organizadora do Carnaval de Torres Vedras (Comissão de Festas) para o período em análise não ter uma organização profissional, eram efetuados registos contabilísticos das receitas e das despesas do Carnaval de Torres Vedras. Verifica-se t que ao longo dos anos as receitas foram aumentando, como resultado do aumento dos preços dos bilhetes e ao aumento dos subsídios oficiais.

## **CAPÍTULO 6: RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

Como já tinha sido referido anteriormente, este estudo tem também como objetivo cumprir os requisitos para dispensa da realização do estágio por parte da OCC para efetuar o exame para ser Contabilista Certificada. E, para qual tal aconteça, é necessário cumprir com os requisitos descritos no artigo 9º do RIEEP.

### **6.1. Caracterização da entidade promotora**

A entidade promotora do estágio designada de Rosa e Pedro Rodrigues, consultoria, Lda. presta serviços de contabilidade, auditoria, consultoria e fiscalidade há sensivelmente 12 anos. É especializada na prestação de serviços de apoio à Gestão de PME's e conta com larga experiência e a excelência técnica nas áreas de Contabilidade, Fiscalidade e Apoio à Gestão.

Está sediada na rua dos bombeiros voluntários, no coração da cidade de Fafe. Para além dos dois sócios tem uma funcionária efetiva e os seus clientes são maioritariamente pequenas e médias empresas da zona norte do país, nos diversos setores de atividade: Agro-alimentar, indústria automóvel, hotelaria, construção civil, restauração, etc.

### **6.2. Caracterização do estágio**

O estágio curricular teve início a 15 de Outubro de 2020 e a sua conclusão foi a 15 de Abril de 2021 tendo assim uma duração de 6 meses. Ao longo destes 6 meses foram completadas 840 horas efetivas, onde o horário cumprido era de cinco dias por semana, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 13h00 e das 14:00 as 17h00.

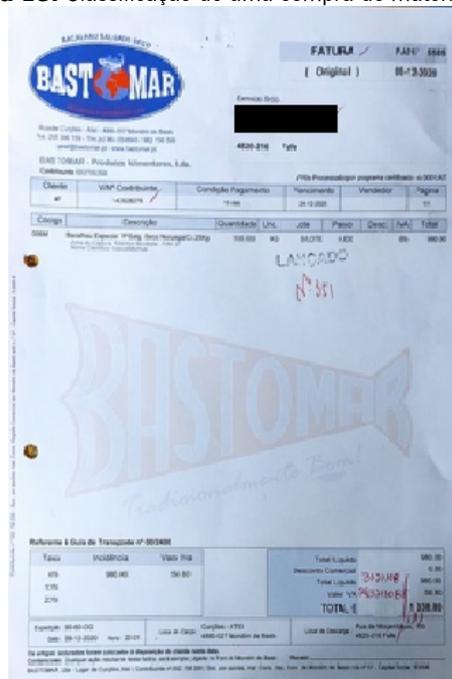
Ao longo do estágio, as minhas funções consistiram na organização, aquivo, classificação e lançamento dos vários documentos relativos ao negócio de cada cliente, tais como faturas de compras, pagamentos a fornecedores, entre outros; acompanhamento e apoio das declarações de contribuições de impostos, reconciliações bancárias.

#### **6.2.1. Organização, classificação e registos contabilísticos**

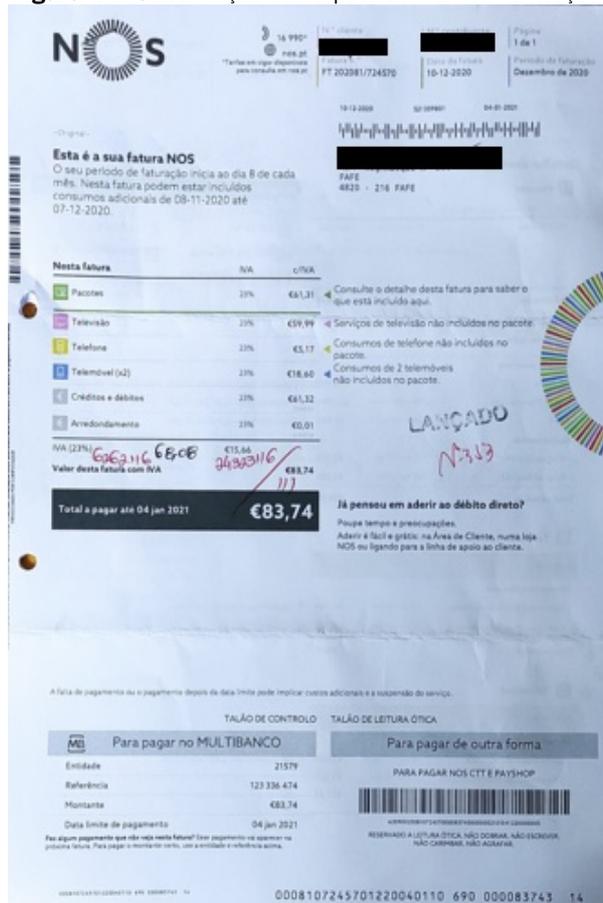
No primeiro dia de estágio foi feita a apresentação da empresa e da equipa e foi-me dada a conhecer as dinâmicas do gabinete como conhecer os tipos de empresas que são clientes do gabinete. A minha primeira tarefa consistiu na organização de documentos de uma empresa do setor da hotelaria, mais especificamente um restaurante. Assim, foi-me ensinado a organizar os

documentos por diários e como organizá-los na pasta do cliente. Na parte os diários da empresa são organizados da seguinte forma: diário de compras; diário de vendas; diário de imobilizado; diário de caixa e bancos e por último o diário de operações diversas. No diário de compras arquivam-se todas as faturas a crédito de mercadorias/matérias-primas por fornecedores e dentro de cada fornecedor por data de emissão da mais antiga para a mais recente (Ver Figura 13 e 15). No diário de vendas arquivam-se as faturas emitidas aos nossos clientes (Ver Figura 18), ou no caso de a empresa ter contabilidade simplificada apenas os relatórios de vendas efetuadas durante o mês em análise, assim como o comprovativo de submissão do SAFT no portal das finanças. No diário de imobilizado arquivamos todos os documentos relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, sejam eles faturas de compra, faturas de venda ou autos de abate. No diário de caixa e bancos arquivamos os recibos, fatura-recibo, faturas simplificadas emitidas pela empresa que sejam pagas em dinheiro e através do banco. Por último, no diário dos diversos, arquivamos todas as faturas a crédito de gastos que a empresa tenha tido nesse mês, como por exemplo eletricidade, gás, água, comunicações (Ver Figura 14), entre outros; arquivamos ainda o processamento de salários (Ver figura 17) e os pagamentos ao estado.

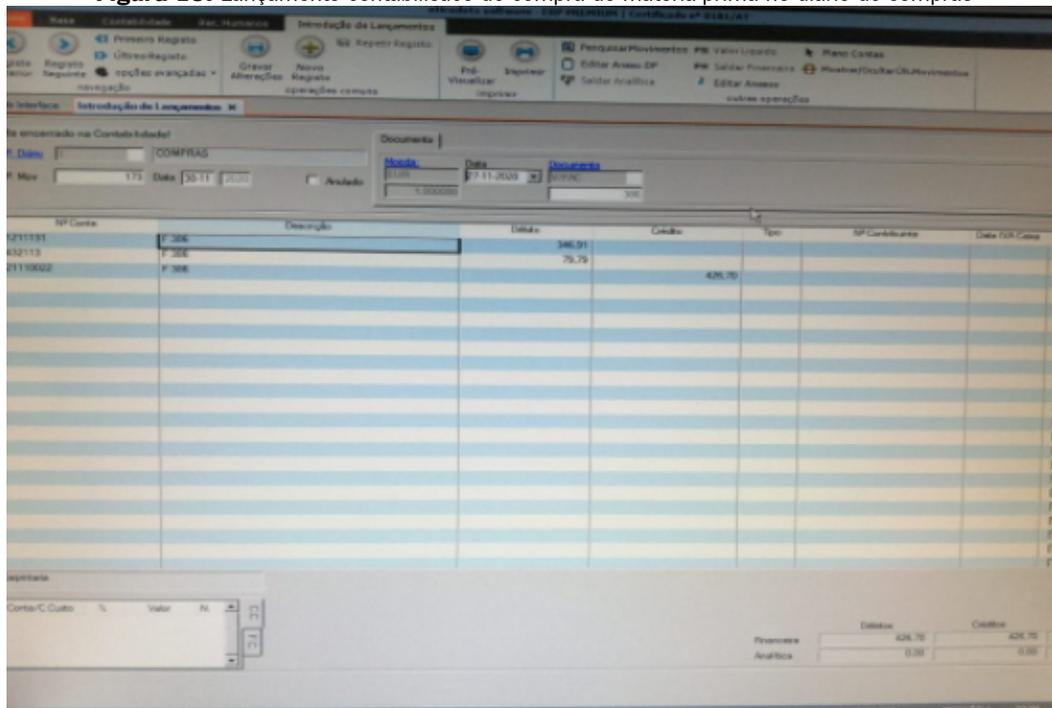
**Figura 13:** Classificação de uma compra de matéria-prima



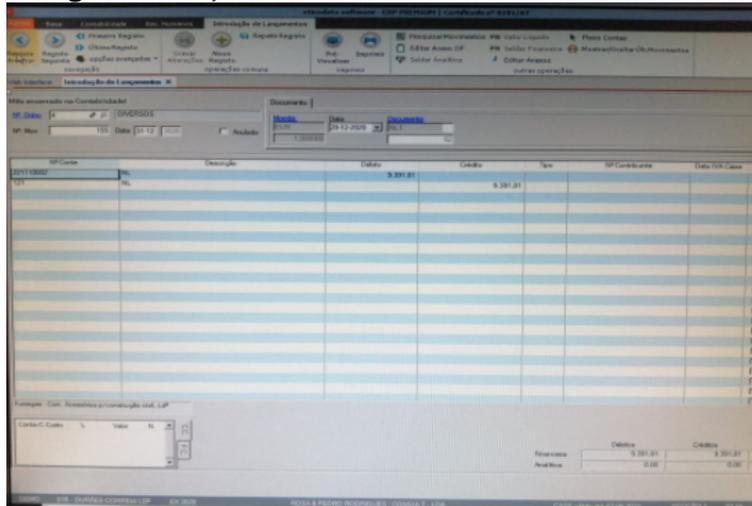
**Figura 14:** Classificação de despesa com telecomunicações



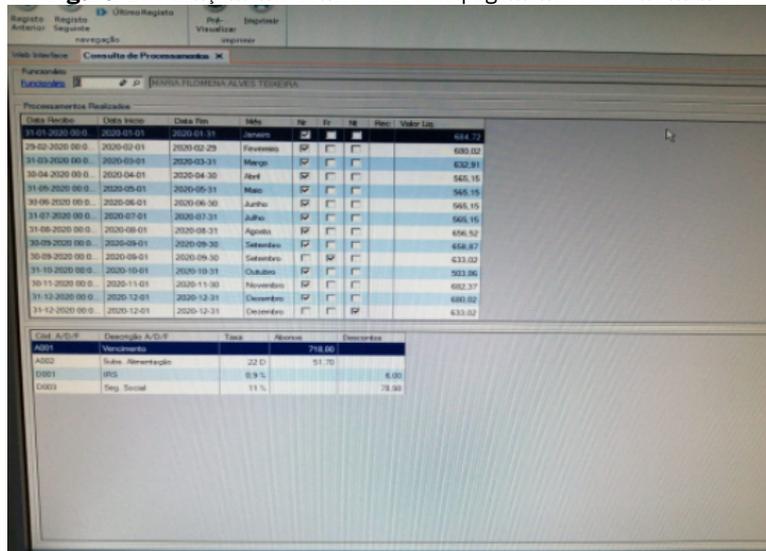
**Figura 15:** Lançamento contabilístico de compra de matéria-prima no diário de compras



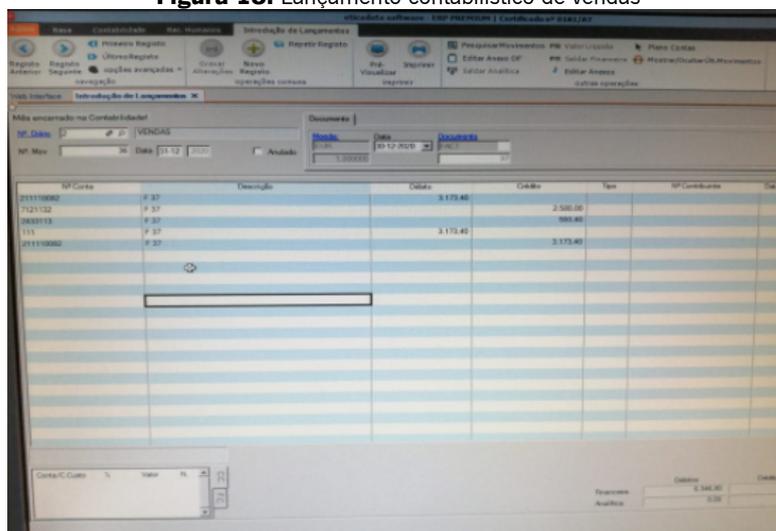
**Figura 16:** Lançamento contábilístico de um recebimento de cliente



**Figura 17:** Lançamento contábilístico do pagamento dos vencimentos



**Figura 18:** Lançamento contábilístico de vendas



### **6.2.2. Práticas de controlo interno**

Quando falamos de práticas de controlo interno, estamos a falar de um conjunto de procedimentos que, neste caso, o gabinete adota, com o objetivo de auxiliar a gestão e a ter fiabilidade do relato financeiro dos clientes do gabinete.

Como prática de controlo interno o gabinete procede à conferência do extrato dos fornecedores, isto é, é solicitado aos fornecedores mais relevantes (com acumulado a crédito maior) do nosso cliente um extrato da conta corrente do nosso cliente e é efetuada a comparação de todos os créditos e débitos entre extratos. Assim é possível perceber se os registos contabilísticos estão de acordo com o extrato da conta corrente do fornecedor e caso não estejam, corrigir os erros caso existam.

Outra prática de controlo interno adotada pelo gabinete é a elaboração de reconciliações bancárias, pois estas permitem perceber se os registos contabilísticos na conta dos bancos estão de acordo com os extratos bancários que os bancos enviam mensalmente, e caso não estejam é preciso perceber de onde vem as diferenças, normalmente são pagamentos ou recebimentos que ainda estão em curso, mas também se existir algum erro é possível corrigi-lo no sistema. Esta prática de controlo quando efetuada com regularidade (mensalmente) permite-nos ter uma maior confiança na informação registada na contabilidade, tendo assim a informação sempre atualizada para o cliente.

Outra prática de controlo interno muito importante que o gabinete efetua é aceder ao Portal das Finanças e retirar uma relação de todas as faturas emitidas para o nosso cliente e assim conseguir perceber se temos todos os documentos registados e arquivados (Ver Figura 19).

**Figura 19:** Verificação de faturas emitidas com o contribuinte da empresa

**Verificar Faturas**

Critérios de pesquisa

NIF Comerciante:  Data Início:  Data Fim:  Situação:

Sector de Atividade:  Tipo de Fatura:  Despesa no âmbito da atividade profissional?:

Resultados

Total: 48  Filtrar por:  (qualquer palavra da lista)

Sector	Comerciante	Tipo	Situação	Nº Fatura	Código Controlo	Data Emissão	IVA	Valor Total	Registado por Comerciante	Registado por Consumidor
Outros	[REDACTED]	Fatura	Registada	F2 64/0640837340	JJB5	2020-12-03	2,15 €	38,03 €	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	[REDACTED]	Fatura	Registada	ED 0004/1332	147	2020-11-03	0,00 €	23,00 €	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 6.2.3. Apuramento de contribuições e impostos e preenchimento das respetivas declarações

Durante o período de estágio acompanhei o apuramento de vários impostos e contribuições aos quais as empresas estão sujeitas, tais como IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas), IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), TSU (Taxa Social Única), entre outros. Nesta área dos impostos é preciso estar sempre atento às mudanças atualizações das leis, uma vez que os prazos estão sempre a mudar e estão sempre a atualizar novas egras para apuramento dos impostos, por isso é preciso que estejamos em contante atualização.

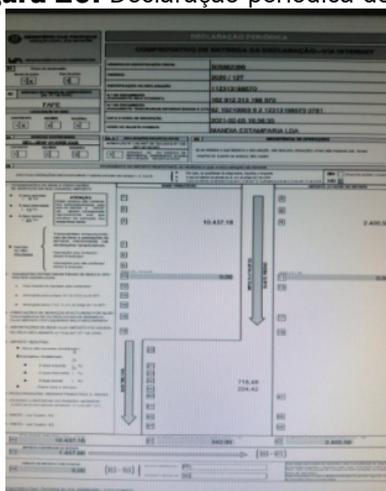
Como já referi anteriormente a realização e entrega do IRS foi um processo que acompanhei na realização do estágio. O IRS incide sobre os rendimentos que os cidadãos, residentes ou não residentes, auferem em território nacional. Para a sua correta execução temos de consultar o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRS). O primeiro passo é a comunicar o agregado familiar no portal das Finanças até ao dia 15 de Fevereiro, no caso de terem ocorrido mudanças face ao ano anterior. De seguida temos de validar todas as faturas de despesas do nosso contribuinte no e-fatura, no portal das finanças, até ao dia 25 de Fevereiro, conforme o previsto no artigo 78º-B, nº5 do CIRS. Por último, a entrega do IRS decorre entre o dia 1 de Abril e 30 de Junho no portal das finanças, conforme o previsto no artigo 60º, nº1 do CIRS.

Outro imposto que acompanhei foi o apuramento do IVA (Ver Figura 20). O IVA é um imposto que incide sobre a despesa ou consumo e tributa o valor acrescentado das transações

efetuadas pelo contribuinte. Para o correto apuramento deste imposto é necessário consultar o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA). A Declaração Periódica do IVA pode ser efetuada, pelos sujeitos passivos, mensalmente ou trimestralmente pelo disposto no artigo 41º, nº1 do CIVA. Na entrega mensal, são inseridas todas as empresas que no ano anterior tiverem um volume de negócios igual ou superior a 650 000 euros. As empresas que estão no regime mensal têm que entregar a declaração do IVA até ao dia 10 do segundo mês seguinte. A entrega trimestral é atribuída às empresas cujo volume de negócios do ano anterior seja inferior a 650 000 euros e deve ser entregue dia 15 do segundo mês seguinte ao trimestre que a declaração respeita.

A entrega do SAF-T foi outro processo que acompanhei. É exigido que até dia 12 do mês seguinte, pelo Decreto-Lei nº48/2020, de 3 de Agosto, seja comunicado à AT as faturas emitidas pela empresa, sendo possível fazer através do envio do ficheiro SAF-T por via eletrónica.

**Figura 20:** Declaração periódica do IVA



#### **6.2.4. Operações de processamento de salários**

Durante o estágio acompanhei operações de processamento de salários (Ver Figura 21). Primeiro é necessário reunir uma serie de informações junto do nosso cliente, tais como, faltas, horas extra, ajudas de custo, entre outros. Só depois de reunir essa informação é que podemos efetuar o processamento dos salários. Após processamento é enviado para o cliente um original e um duplicado, ambos devem ser assinados pelo trabalhador. No que diz respeito às contribuições para a Segurança Social, a taxa aplicada é de 34,75%, em que 23,75% corresponde à parte da empresa e 11% ao trabalhador, em que estas devem ser comunicadas até dia 10 do mês seguinte a que respeitam e o seu pagamento é até dia 20 desse mês.

**Figura 21:** Lançamento contabilístico do processamento de salários

Data Inicial	Data Final	Mês	SP	SI	SI	SI	Valor Lit.
24-02-2020 00:00	2020-02-29	Fevereiro	SP	SI	SI	SI	600,00
24-03-2020 00:00	2020-03-31	Março	SP	SI	SI	SI	630,91
30-04-2020 00:00	2020-04-30	Abril	SP	SI	SI	SI	565,15
30-05-2020 00:00	2020-05-31	Mai	SP	SI	SI	SI	565,15
30-06-2020 00:00	2020-06-30	Junho	SP	SI	SI	SI	565,15
31-07-2020 00:00	2020-07-31	Julho	SP	SI	SI	SI	565,15
31-08-2020 00:00	2020-08-31	Agosto	SP	SI	SI	SI	650,52
30-09-2020 00:00	2020-09-30	Setembro	SP	SI	SI	SI	650,87
30-10-2020 00:00	2020-10-31	Outubro	SP	SI	SI	SI	633,02
31-10-2020 00:00	2020-10-31	Outubro	SP	SI	SI	SI	503,26
30-11-2020 00:00	2020-11-30	Novembro	SP	SI	SI	SI	602,37
31-12-2020 00:00	2020-12-31	Dezembro	SP	SI	SI	SI	600,00
31-12-2020 00:00	2020-12-31	Dezembro	SP	SI	SI	SI	633,02

Descrição R.C.C.F.	Valor	Abatimento	Encargamento
0000	272,00	0,00	0,00
0001	0,95	0,00	0,00
0002	11,50	0,00	0,00

### 6.2.5. Encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras

Após o encerramento do exercício (tipicamente a 31 de Dezembro), é necessário realizar as operações de fim de exercício para iniciarmos a preparação das demonstrações financeiras, tais como: Demonstração de Resultados por Naturezas; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Alterações de Capital Próprio; Balanço; Anexo às Demonstrações Financeiras; entre outros e, por consequente, o encerramento de contas.

Para o encerramento de contas e preparação das demonstrações financeiras, é necessário efetuar operações de conferência e de ajuste às contas da empresa, isto é, conferência de saldos de clientes e fornecedores (através de comparação de saldos com os respetivos clientes e fornecedores), dos extratos bancários (através das reconciliações bancárias), análise dos inventários, cálculo de depreciações e amortizações. Depois de efetuarmos estes movimentos de acerto, passamos ao apuramento dos resultados e após este passamos à elaboração das demonstrações financeiras.

Após as demonstrações financeiras estarem concluídas é necessário que as contas sejam aprovadas em Assembleia e respetiva transcrição para ata, após aprovação das contas não é possível efetuar mais nenhuma regularização.

### 6.2.6. Preparação de informação contabilística para relatórios e análise de gestão

Para além da preparação das demonstrações financeiras e do relatório, temos que elaborar o dossier fiscal. Pela Portaria nº51/2018, de 16 de fevereiro, no anexo I são apresentados todos os documentos que constituem o processo de documentação fiscal, são eles: o relatório de gestão, parecer do conselho fiscal e documento de certificação legal de contas; documentos, certificados e comunicações relativos a créditos cujo imposto foi deduzido; mapa, de modelo oficial, de provisões, perdas por imparidade em créditos e ajustamentos em inventários; mapa das

mais-valias e menos-valias; mapa das depreciações e amortizações; mapas das depreciações de bens reavaliados; mapas da reavaliação efetuada nos termos do Decreto-Lei nº66/2016, de 3 de novembro; mapa do apuramento do lucro tributável por regimes de tributação; mapa de controlo de prejuízos no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades; mapa de controlo da dedução de prejuízos fiscais; mapa de reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de anteriores e outros documentos e legislação que são importantes para a empresa e, por isso, devem fazer parte do dossier fiscal, tais como Declarações de IVA, Modelo 22, IES entre outros.

#### **6.2.7. Resolução de questões da organização e contactos a entidades competentes**

No decurso do trabalho de um contabilista, este é confrontado com algumas questões e problemas para os quais a solução não é assim tão simples de encontrar e por vezes é necessário recorrer a ajuda mais especializada para a resolução os mesmos. No decurso do meu estágio assisti a algumas situação que necessitaram de ajuda para resolução como por exemplo quando existia alguma dúvida a nível da segurança social, contactávamos por via telefónica ou correio eletrónico a delegação local da segurança social, o mesmo se aplicava quando toca a nível fiscal e algumas questões de carácter legal cujo apoio de um advogado foi fundamental.

#### **6.2.8. Preparação de pareceres e relatórios de consultoria ou peritagem nas áreas da contabilidade e fiscalidade**

No decurso do trabalho de um contabilista, e para atender às necessidades do cliente, este tem de preparar pareceres e relatórios de consultoria nas áreas da contabilidade e fiscalidade. No decurso do meu estágio assisti a algumas situações que necessitaram de um parecer na área da fiscalidade em que foram implementadas medidas legais de eficiência fiscal, aproveitando deduções e isenções fiscais.

#### **6.2.9. Sensibilização para a possibilidade de intervenção, em representação dos sujeitos passivos, na fase graciosa do procedimento tributário e no processo tributário, até ao limite a partir do qual, nos termos legais, é obrigatório a constituição de um advogado, no âmbito de questões relacionadas com as competências específicas dos contabilistas certificados**

Atualmente, os contabilistas certificados podem agir em representação dos sujeitos passivos por cujas contabilidades sejam responsáveis, quer em procedimento tributário (fase

graciosa), quer em processo tributário (fase judicial) até ao montante a partir do qual é obrigatória a intervenção de advogado, ou seja, ações de montante inferior ou igual a 10.000,00€.

#### **6.2.10.Ética e deontologia na profissão de contabilista certificado**

A conduta profissional de um contabilista deve sempre ser guiada pelo Estatuto da Ordem e o Código Deontológico dos Contabilistas Certificados para salvaguardarem sempre as suas ações. Do Código Deontológico temos que salientar o artigo 3º, onde conta os princípios deontológicos pelos quais os contabilistas certificados devem reger as suas ações, são eles: o princípio da integridade, o princípio da idoneidade, o princípio da independência, o princípio da responsabilidade, o princípio da competência, o princípio da confidencialidade, o princípio da equidade e o princípio da igualdade.

Um ponto importante, que não posso deixar de mencionar neste relatório, é o facto de o estágio ter sido elaborado em plena pandemia e de o teletrabalho ter sido obrigatório. Uma grande parte do estágio foi efetuado remotamente, com acesso ao sistema informativo da entidade empregadora, tendo sido efetuados pontos de situação semanais com o supervisor do estágio.

## **CAPÍTULO 7: CONCLUSÃO**

### **7.1. Principais conclusões**

Como podemos verificar na revisão de literatura o significado comercial e cultural da cultura popular não deve ser ignorado por nenhum académico das ciências sociais. A comunidade académica de contabilidade fez muitos avanços nas últimas décadas para estudar a disciplina para além da mera técnica. O estudo da relação entre a contabilidade e a cultura popular apresenta uma nova e estimulante área de pesquisa para os investigadores na área da contabilidade de gestão estratégica. A cultura popular e o quotidiano não têm sido muito explorados pelas pesquisas em contabilidade. Contudo o campo da história da contabilidade é uma exceção à regra, uma vez que esta forma de estudos tem diversificado as áreas temáticas e, conseqüentemente tem produzido conclusões fascinantes sobre a contabilidade e a relação com a história social e cultural em geral. A contabilidade deve definir e inspirar direções de pesquisa além de seu próprio domínio. Um meio de atingir esse objetivo é ilustrar o papel da contabilidade de maneira mais geral na vida quotidiana e na cultura.

O estudo empírico realizado permitiu dar resposta às questões de partida colocadas anteriormente: Como se efetuaram os registos contabilísticos do Carnaval de Torres Vedras de 1960 a 1985? Qual a evolução das receitas/despesas do Carnaval de Torres Vedras ao longo destes anos?

Pela análise às fontes de arquivo e como resposta à questão número um, “Como se efetuaram os registos contabilísticos do Carnaval de Torres Vedras de 1960 a 1985?” conclui-se que apesar da entidade organizadora do Carnaval de Torres Vedras (Comissão de Festas) para o período em análise não ter uma organização profissional, eram efetuados registos contabilísticos das receitas e das despesas do Carnaval de Torres Vedras. Eram elaborados relatórios e contas com o detalhe de todas as receitas obtidas pela venda de bilhetes do corso (seja a peões ou carros), as entradas nos bailes, as dádivas dos contribuintes, as receitas provenientes da publicidade, os montantes dos subsídios oficiais e a discriminação dos mesmos entre outros. O mesmo se passava com as despesas, estas eram bem detalhadas, todos os gastos com a elaboração dos carros e do corso, fossem eles as horas-homem ou as matérias-primas utilizadas para a conceção dos mesmos eram discriminadas nos relatórios, bem como despesas de publicidade e despesas gerais. Conseguimos perceber, através das fontes de arquivo e da entrevista ao Dr. António Carneiro que a festividade, durante este período tinha um caráter de

beneficência, cujo objetivo era ajudar coletividades locais, pois os lucros eram doados diretamente à coletividade desse ano. Por este motivo era tão importante efetuar os registos contabilísticos das despesas e das receitas, pois apesar de não existir a obrigatoriedade de prestação de contas, parte das receitas provinham de subsídios oficiais.

A partir da análise dos relatórios e contas do período de estudo e como resposta à questão número dois, “Qual a evolução das receitas/despesas do Carnaval de Torres Vedras ao longo destes anos?” podemos concluir que ao longo dos anos as receitas foram aumentando, devido essencialmente a dois fatores: ao aumento dos preços dos bilhetes das entradas no corso, nos parques e nos bailes, e ao aumento dos subsídios oficiais que inicialmente eram efetuados por varias entidades oficiais e nos anos finais do período em análise apenas eram feitos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, razão pela qual em 1985 a organização do Carnaval passou a ser efetuada por esta. Relativamente às despesas podemos concluir que estas acompanharam a tendência crescente das receitas, não só porque ao longo dos anos o preço das matérias-primas aumenta, mas também aumentam os salários dos funcionários e a obrigatoriedade de outras despesas, como é o caso dos seguros das festas.

Em suma, podemos concluir que o estudo da relação entre a contabilidade e a cultura popular apresenta uma estimulante área de pesquisa e que é interessante ver como algo não institucionalizado, como era o caso do Carnaval de Torres Vedras já tinha bastante influência desta disciplina. Ver a contabilidade apenas na vertente financeira é adotar uma perspetiva limitada, é necessário estender o domínio da pesquisa contabilística a horizontes mais diversificados para enriquecer a nossa compreensão da profissão.

## **7.2. Contribuições e limitações do estudo**

Este estudo contribui para aprofundar a literatura existente sobre a relação da contabilidade com a cultura popular, o entretenimento e o quotidiano.

Este estudo contribui para demonstrar que a contabilidade está presente no quotidiano, na cultura popular, no entretenimento e em particular na organização de festas no âmbito da cultura popular, mesmo que estas não sejam efetuadas por entidades organizadas. Contribui para uma melhor compreensão da influência da contabilidade noutras vertentes que não só a financeira, pois ver a contabilidade apenas na vertente financeira é adotar uma perspetiva limitada. Estender o domínio da pesquisa contabilística a horizontes mais diversificados pode enriquecer a nossa compreensão da profissão. O estudo da relação entre a contabilidade e a cultura popular

apresenta uma nova e estimulante área de pesquisa para os investigadores na área da contabilidade de gestão estratégica.

O estudo efetuado poderá ser também do interesse para todas as pessoas interessadas no conhecimento da história da contabilidade, principalmente das festas e da cultura popular, e especialmente, para os historiadores da contabilidade em Portugal.

Contudo este estudo foi limitado pela falta de informação de fontes de arquivo, o facto de o Carnaval ser organizado por uma Comissão de organização informal refletiu-se numa limitação de análise de fontes de arquivo por não existirem registos contabilísticos para todo o período em análise.

Não se pode deixar de mencionar o período pandémico em que este trabalho foi efetuado, o que dificultou a pesquisa aos arquivos pelo encerramento do Arquivo Municipal.

### **7.3. Perspetivas futuras de investigação**

Embora este estudo tenha abordado temas importantes, ainda há muitas perguntas a serem respondidas. Como por exemplo: Como a contabilidade molda os contornos da cultura popular? As questões contabilísticas influenciam o conteúdo das festividades e da cultura popular? A história da contabilidade é bem posicionada para responder a estas questões e lançar luzes não apenas sobre os aspetos históricos da contabilidade e da cultura popular, mas também para melhorar a nossa compreensão sobre o presente e o futuro da contabilidade.

É necessário mais trabalho para explorar a relação entre a contabilidade e a cultura popular e reconhecer que as noções de contabilidade não são apenas criadas e sustentadas por instituições e práticas culturais e sociais, mas também atuam para criar e sustentar as mesmas instituições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abernethy, M. A., & Lillis, A. M. (1995), "The impact of manufacturing flexibility on management control system design", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 20(4), pp.241-258.
- Alam, I. (2006), "Removing the fuzziness from the fuzzy front-end of service innovations through customer interactions", *Industrial marketing management*, Vol. 35(4), pp.468-480.
- Andon, P., & Free, C. (2012), "Auditing and crisis management: the 2010 Melbourne Storm salary cap scandal", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 37 (3), pp. 131-154.
- Appadurai, A. (1996), "Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization", *University of Minnesota Press*, Minneapolis, MN.
- Arnaboldi, M., Busco, C. & Cuganesan, S. (2017), "Accounting, accountability, social media and big data: revolution or hype?", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 30 (4), pp. 762-776
- Baker, C. R., & Bettner, M. S. (1997), "Interpretive and Critical Research in Accounting: A Commentary on its Absence from Mainstream Accounting Research", *Critical Perspectives on Accounting*, Vol.8(4), pp.293-310.
- Barreto, A., Mónica, M. F. (1999), *Dicionário de História de Portugal*, Vol.-9, Figueirinhas, Lisboa.
- Barthes, R. (1973), *Mythologies*, Paladin Books, London.
- Baskerville, R., Carrera, N., Gomes, D., Lai, A., & Parker, L. (2017), "Accounting historians engaging with scholars inside and outside accounting: Issues, opportunities and obstacles", *Accounting History*, Vol. 22(4), pp. 403-424.
- Baudrillard, J. (1988), "*La société de consommation*", Jean Baudrillard: *Selected Writings*, Stanford University Press, Stanford, CA, pp. 29-56 (reprinted and translated by M. Poster).
- Bay, C. (2018), "Makeover accounting: Investigating the meaning-making practices of financial accounts", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 64, pp. 44-54.
- Beard, V. (1994), "Popular culture and professional identity: accountants in the movies", *Accounting, Organisations and Society*, Vol. 19, pp. 303-318.

- Bialecki, M., O'Leary, S., & Smith, D. (2017), "Judgement devices and the evaluation of singularities: The use of performance ratings and narrative information to guide film viewer choice", *Management Accounting Research*, Vol. 35, pp. 56-65.
- Bocock, R. (1993), *Consumption*, Routledge, London.
- Born, G. (2004), *Uncertain Vision: Birt, Dyke and the Reinvention of the BBC*, Secker and Warburg, London.
- Bourdieu, P. (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Routledge, London.
- Boyns, T., Edwards, J. R., & Nikitin, M. (1997), "The development of industrial accounting in Britain and France before 1880: a comparative study of accounting literature and practice", *European Accounting Review*, Vol.6 (3), pp. 393-437.
- Branston G (2000), *Cinema and cultural Modernity*, Buckingham, Open University Press.
- Burke, P. (1994), *Popular Culture in Early Modern Europe*, Scolar Press, Aldershot.
- Briggs, S.P., Copeland, S., & Haynes, D. (2007), "Accountants for the 21st century, where are you? A five-year study of accounting students' personality preferences", *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 18, pp. 511-537.
- Carlsson-Wall, M., & Kraus, K. (2015), "Opening the black box of the role of accounting practices in the fuzzy front-end of product innovation", *Industrial Marketing Management*, Vol.45, pp.184-194.
- Carnegie, G., & Walker, S.P. (2007b), "Household Accounting in Australia: A Microhistorical Study", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.20, pp.210 –236.
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (1996), "Critical and Interpretive Histories: Insights into Accounting's Present and Future through its Past" *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol.9, pp.7-39.
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2012), "Accounting's past, present and future: the unifying power of history", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol.25(2), pp.328-369.
- Carter, C., & McKinlay, A. (2013), "Cultures of strategy: Remaking the BBC, 1968–2003", *Business History*, Vol. 55(7), pp. 1228-1246.

- Chapman, C., Cooper, D., & Miller, P. (2009), *Linking accounting, organizations, and institutions*. In C. Chapman, D. Cooper, & P. Miller (Eds.), *Accounting, organizations and institutions* (pp. 1–29). Oxford: Oxford University Press.
- Chapman, C., & Peecher, M. (2011), “Worlds of assurance”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 36 (4 e 5), pp. 267-268.
- Chua, W. F. (1986), “Radical Developments in Accounting Thought”, *Accounting Review*, Vol. 61 (4), pp. 601-632.
- Cho, C., Phillips, J., Hageman, A., & Patten, D. (2009), “Media richness, user trust, and perceptions of corporate social responsibility: an experimental investigation of visual web site disclosures”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22(6), pp. 933-952.
- Cooper, C., & Johnston, J. (2012), “Vulgate accountability – insights from the field of football”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25 (4), pp. 602-634.
- Cooper, D., & Morgan, W. (2013), “Meeting the evolving corporate reporting needs of government and society: arguments for a deliberative approach to accounting rule making”, *Accounting and Business Research*, Vol. 43 (4), pp. 418-441.
- Czarniawska, B. (2012), “Accounting and detective stories: an excursion to the USA in the 1940s”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25, pp. 659-672.
- Czarniawska, B. (2008), “Accounting and gender across times and places: an excursion into fiction”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 33-47.
- De Moura, Horácio. (1968), *Reflexões sobre os discursos de Salazar*, Vols. 1-2, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra.
- Dimnik, T., & Felton, S. (2006), “Accountant stereotypes in movies distributed in NorthAmerica in the twentieth century”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol.31, pp.129-55.
- Ekanem, I. (2007), “Insider accounts: a qualitative research method for small firms”, *Journal of Small Business and Enterprise Development*, Vol.14 (1), pp.105-117.
- Evans, L., & Fraser, I. (2012), “The accountant's social background and stereotype in popular culture”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25(6), pp.964–1000.
- Fairclough, N. (1995), *Media Discourse*, Edward Arnold, London.
- Fiske, J. (1989), *Understanding Popular Culture*, Routledge, London.

- Fleischman, R.K, Oldroyd, D., & Tyson, T. (2004) "Monetizing Human Life: Slave Valuations on U.S. and British West Indian Plantations", *Accounting History*, Vol.9, pp.35–62.
- Frishammar, J., Lichtenthaler, U., & Richtnér, A. (2013), "Managing process development: key issues and dimensions in the front end", *R&D Management*, Vol. 43(3), pp.213-226.
- Fowler, C. J., & Keeper, T. (2016), "Twenty years of Accounting History, 1996–2015: Evidence of the changing faces of accounting history research", *Accounting History*, Vol. 21(4), pp. 389-418.
- Gaffikin, M. (2011), "What is (accounting) history?". *Accounting History*, Vol.16(3), pp. 235-251.
- Gomes, D. (2008), "The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history", *Accounting History*, Vol. 13(4), pp. 479-509.
- Gomes, D., & Rodrigues, L. L. (2017), "Investigaçãmo em História da Contabilidade", Em M. J. Major & R. Vieira (Eds.), *Contabilidade e Controlo de Gestão*, pp. 211-239, Lisboa: Escolar Editora.
- Gomes, D., Carnegie, G., Napier, C., Parker, L., & West, B. (2011), "Does accounting history matter", *Accounting History*, Vol. 16(4), pp.389 –402.
- Gramsci, A. (1971), *Selections from the Prison Notebooks*, Lawrence and Wishart, London.
- Herd, D. (2005), "Changes in the prevalence of alcohol use in rap song lyrics, 1979–97", *Addiction*, Vol. 100(9), 1258-1269.
- Higson, A. (1995), *Waving the Flag: Constructing a National Cinema in Britain*, Clarendon Press, Oxford.
- Hopper, T., & Powell, A. (1985), "Making sense of research into the organizational and social aspects of management accounting: A review of its underlying assumptions", *Journal of Management Studies*, Vol. 22(5), pp.429-465.
- Hopwood, A. (1983), "On trying to study accounting in the contexts in which it operates", *Accounting, Organizations and Society*, Vol.8, pp.287-305.
- Hopwood, A. (1994), "Accounting and everyday life: an introduction", *Accounting, Organizations and Society*, Vol.19, pp.299-301.
- Hoque, Z. (2006), *Methodological Issues in Accounting Research: Theories, Methods and Issues*, London: Spiramus Press.

- Jeacle, I. (2003b), "Accounting and the construction of the standard house", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol.16, pp.582-605.
- Jeacle, I. (2008), "Accounting and the annual general meeting: the case of the Edinburgh University Tea Club, 1920-45". *Accounting History*, Vol.13, pp.451-478.
- Jeacle, I. (2009), "Accounting and everyday life: towards a cultural context for accounting research", *Qualitative Research in Accounting & Management*, Vol.6, pp.120-136
- Jeacle, I. (2009). "Going to the movies": accounting and twentieth century cinema. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. Vol. 22, pp. 677-709.
- Jeacle, I. (2012), "Accounting and popular culture: framing a research agenda", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.25, pp. 580-601.
- Jeacle, I. (2015), "Fast fashion: Calculative technologies and the governance of everyday dress", *European Accounting Review*, Vol. 24, pp.305-328.
- Jeacle, I. (2021), "Accounting and entertainment: An introduction", *Accounting History*.
- Jeacle, I., & Carter, C. (2011), "In TripAdvisor we trust: rankings, calculative regimes and abstract systems", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 36 (4 e 5), pp. 293-309.
- Jeacle, I., & Carter, C. (2012), "Fashioning the popular masses: Accounting as mediator between creativity and control", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 25, pp. 719 – 751.
- Jeacle, I., & Carter, C. (2014), "Creative spaces in interdisciplinary accounting research", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 27(8), pp.1233-1240.
- Jeacle, I., Jacobs, K., & Evans, S. (2012), "Constructing accounting in the mirror of popular music", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 25, pp. 673-702.
- Lapsley, I., & Rekers, J. V. (2017), "The relevance of strategic management accounting to popular culture: The world of West End Musicals", *Management Accounting Research*, Vol. 35, pp. 47-55.
- Leming, J. S. (1987), "On the normative foundations of economic education", *Theory & Research in Social Education*, Vol.15(2), pp. 63-76.
- Lessard-Hebert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.

- Maier, E. R. (2017), "The budget in the aesthetic: The role of calculative practice in the production of popular culture", *Management Accounting Research*, Vol. 35, pp.83-98.
- Manovich, L. (2001), *The Language of New Media*, MIT Press, Boston, MA.
- Matos, Venerando (2001), *Carnaval de Torres: uma tentativa de periodização*. In: *Turres Veteras III: Atas de História Contemporânea*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras; Lisboa: Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, p. 177-183.
- Merino, B. D., & Mayper, A. G. (1993), "Accounting History and Empirical Research", *The Accounting Historians Journal*, Vol. 20(2), pp.237-267.
- Miller, P. (1994), "*Accounting as social and institutional practice: an introduction*", in Hopwood, A. and Miller, P. (Eds), *Accounting as Social and Institutional Practice*, Cambridge University Press, Cambridge, pp.1-39.
- Miller, P. (1998), "The margins of accounting", *The European Accounting Review*, Vol.7, pp.605-621.
- Miller, P. (2001), "Governing by numbers: why calculative practices matter", *Social Research*, Vol.68, pp.379-396.
- Miller, P., & O'Leary, T. (1987), "Accounting and the construction of the governable person", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 12(3), pp. 235-265.
- Miller, P. and Rose, N. (1990), "Governing economic life", *Economy and Society*, Vol.19, pp.1-31.
- Miller, P., Hopper, T., & Laughlin, R. (1991), "The new accounting history: An introduction", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 16(5-6), pp.395-403.
- Neu, D. (2000), "Accounting and Accountable Relations: Colonization, Genocide and Canada's First Nations", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.13, pp.269-88.
- Neu, D., Rahaman, A., & Everett, J. (2013), "Accounting and sweatshops: Enabling coordination and control in low-price apparel production chains", *Contemporary Accounting Research*, Vol. 31 (2), pp. 322-346.
- Parker, L., & Warren, S. (2009), "Bean counters or bright young things? Towards the visual study of identity construction among newly *qualified professional accountants*", *Qualitative Research in Accounting & Management*, Vol.6 (1), pp. 205-223.

- Paulo, M. J. H. (2015). “Carnaval de Torres Vedras: história e identidade” (Dissertação de Doutoramento).
- Pentland, B.T. (2000), “Will auditors take over the world? Program, technique and the verification of everything”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol.25, pp.307-12.
- Pereira, L. F. R. (2011), *Portugal na 2ª Metade do Século XX*, Cadernos de Sociomuseologia, Capítulo I
- Piore, M. (1995), *Beyond Individualism*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- Power, M. (1997), *The Audit Society: Rituals of Verification*, Oxford University Press, Oxford.
- Previts, G. J., Parker, L. D., & Coffman, E. N. (1990b), “Accounting History: Definition and Relevance”, *Abacus*, Vol. 26(1), pp.1-16
- Reis, Célia (2001), *O Carnaval de Torres Vedras nos Primeiros Quarenta Anos do Século XX*. In: *Turres Veteras III: Atas de História Contemporânea*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras; Lisboa: Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano. pp. 187 - 197.
- Ritzer, G., & Jurgenson, N. (2010), “Production, consumption, prosumption: the nature of capitalism in the age of the digital ‘prosumer’”, *Journal of Consumer Culture*, Vol. 10 (1), pp. 13-36.
- Sargiacomo, M. (2008), “Institutional pressures and isomorphic change in a high-fashion company: The case of Brioni Roman Style, 1945–1989”, *Accounting, Business and Financial History*, Vol. 18, pp. 215–241.
- Sargiacomo, M. (2009), “Accounting and space in a high-fashion factory. Paper presented at the Interdisciplinary Perspectives” on Accounting Conference, University of Innsbruck, Austria.
- Shafer, S. (1997), *British Popular Films 1929-1939: The Cinema of Reassurance*, Routledge, London.
- Shields, R. (Ed.). (2003), *Lifestyle shopping: The subject of consumption*. Routledge.
- Silva, R., & Silva, P. (2013), “Tecnologias da Informação em Educação Tecnologias da Informação em Educação”, *Indagatio Didactica*, Vol.52, pp.1048–1063.
- Silverman, D. (2006), *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analyzing Talk, Text and Interaction*. Londres: SAGE Publications.

- Smith, D., & Jacobs, K. (2011), “Breaking up the sky: the characterisation of accounting and accountants in popular music”, *Accounting, Auditing and Accountability*, Vol. 24, pp. 904-31.
- Storey, J. (2003), *Cultural Studies and the Study of Popular Culture*, Edinburgh University Press, Edinburgh.
- Strinati, D. (2004), *An Introduction to Theories of Popular Culture*, Routledge, London & New York, NY.
- Torgal, L. R., & de Carvalho Homem, A. (1982), “Ideologia salazarista e «cultura popular» – análise da biblioteca de uma casa do povo”, *Análise Social*, Vol.18(72/74), pp.1437-1464.
- Tyson, T., Fleischman, R., & Oldroyd, D. (2004), “Theoretical Perspectives on Accounting for Labor on Slave Plantations of the USA and British West Indies”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.17, pp.758–78.
- Vieira, R. (2009), Paradigmas Teóricos da Investigação em Contabilidade, in M. Major e R. Vieira (org.), *Contabilidade e Controlo de Gestão. Teoria, Metodologia e Prática*, (pp. 11-34). Lisboa, Escolar Editora.
- Vieira, R., Major, M. J. e Robalo, R. (2009), Investigação Qualitativa em Contabilidade, in M. Major e R. Vieira (org.), *Contabilidade e Controlo de Gestão. Teoria, Metodologia e Prática*, (pp. 131-163). Lisboa, Escolar Editora.
- Whittington, R. (2006), “Completing the practice turn in strategy research”, *Organization studies*, Vol. 27(5), pp.613-634.
- Woodside, A. G. (2010), *Case Study Research: Theory, Methods, Practice*, Bingley: Emerald Group Publishing.
- Yin, R. K. (2001), *Estudo de Caso – Planejamento e métodos (2 ed.)*, Porto Alegre: Artemed Editora.
- Yin, R. K. (2009), *Case Study Research: Design and Methods (4 ed.)*, United States of America: SAGE Publications.

### **Lista de Fontes de Arquivo**

- Cartazes Carnaval Torres Vedras (1973, 1974, 1978, 1979, 1980 e 1981) - AMTVD– Carnaval: Cartaz, 1973, 1974, 1978 e 1979, Cx. 2 e 1980 e 1981. Cx. 3.

Plano da formação da Comissão do Carnaval de Torres Vedras de 1971 - AMTVD – Carnaval: Plano da formação do Carnaval, 1971, Cx 2.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1973 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1973, Cx 2.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1974 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1974, Cx 2.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1978 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1978, Cx 2.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1979 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1979, Cx 2.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1980 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1980, Cx 3.

Relatório e contas do Carnaval de Torres Vedras de 1981 - AMTVD – Carnaval: Relatório e Contas, 1981, Cx 3.

Panfleto do programa de festas do Carnaval de Torres Vedras de 1961 AMTVD – Carnaval: Programas, 1961. Cx.1

Revista Flama Edição nº 1042 de fevereiro de 1968, pp.47 a 52. – AMTVD – Carnaval: 1968. Cx 2,

# ANEXO

Revista Flama Edição nº 1042 de Fevereiro de 1968, pp.47 a 52.



## CARNAVAL DE TORRES: TRISTEZAS NÃO PAGAM DIVIDAS... NEM IMPOSTOS.

O Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, é o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.

TORRES VEDADA, amparada e acolhida pela cidade e uma pequena (17 quilómetros de Lisboa, com as suas pequenas e o velho, desde há muito há mobilidade para o Carnaval para a pequena cidade de Torres Vedada. Mas não se pode esquecer que o Carnaval é um facto histórico e económico da terra, sendo o primeiro de celebração no país.

Depois, em um capítulo de alguma relevância, são os dias de preparação para o desfile de Carnaval. É o Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.

## NOS BASTIDORES DO CARNAVAL DE TORRES

O DESAFIO DA FEIRA... Já a noite caiu há muito e ainda milhares de famílias passam as últimas horas do dia de trabalho. Mas Torres Vedada espera os seus visitantes para o Domingo Grande, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.

## NOS BASTIDORES DO CARNAVAL

A preparação do Carnaval de Torres Vedada é um facto histórico e económico da terra, sendo o primeiro de celebração no país. O Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.



## CARNAVAL DE TORRES: UMA POPULAÇÃO MOBILIZADA

Em 9 de Abril de 1961, por volta das 10 horas da manhã, a população de Torres Vedada mobiliza-se para o desfile de Carnaval. É o Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.



TORRES: CARNAVAL TAMBÉM É SONHO... Quando se trata de mobilizar a população de Torres Vedada para o desfile de Carnaval, é um facto histórico e económico da terra, sendo o primeiro de celebração no país. O Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.



UM OUTRO SONHO... Quando se trata de mobilizar a população de Torres Vedada para o desfile de Carnaval, é um facto histórico e económico da terra, sendo o primeiro de celebração no país. O Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.

## CARNAVAL DE TORRES

Quando se trata de mobilizar a população de Torres Vedada para o desfile de Carnaval, é um facto histórico e económico da terra, sendo o primeiro de celebração no país. O Domingo Grande, mais conhecido por Domingo de Carnaval, o primeiro dia de festa em preparação para o desfile característico e encerra o período de preparação para o desfile de Carnaval de Torres. Já não há mais lugar para as cores tradicionais que grandes eventos são os tradicionais torres vestidos para estes paragens. É disso que falamos na reportagem que se segue.



Fonte: AMTVD – Carnaval 1968. Cx. 2